



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DÉBORA MANTOVANI

**EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS NA MÍDIA E A
OPOSIÇÃO AO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO**

Londrina
2024

DÉBORA MANTOVANI

**EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS NA MÍDIA E A
OPOSIÇÃO AO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Alberto Carlos Augusto
Klein

Londrina
2024

DÉBORA MANTOVANI

EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS NA MÍDIA E A OPOSIÇÃO AO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alberto Carlos Augusto
Klein
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profª. Dra. Mônica Panis Kaseker
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 29 de maio de 2024.

MANTOVANI, Débora. **Evangélicos progressistas na mídia e a oposição ao fundamentalismo religioso**. 2024. 61 fs. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO

O número de evangélicos aumenta no Brasil, e demógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstraram que até 2032 esse grupo religioso ultrapassará pela primeira vez a quantidade de católicos do país. Com o aumento da população evangélica, esse segmento se insere cada vez mais nas diferentes esferas da cidadania, e ganha espaço como influência ideológica crescente no Brasil. Com base nisso, este trabalho se propõe a analisar a contribuição política e midiática de evangélicos progressistas a partir do exemplo de uma coluna da jornalista e pesquisadora Magali Cunha, publicada no jornal Carta Capital. Utilizando a publicação, serão identificados e analisados, com auxílio de elementos dos modelos teóricos da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise do Discurso (AD), os principais discursos relacionados a evangélicos na mídia. Os evangélicos progressistas, de forma geral, defendem pautas de inclusão e transformação social e aliam-se ideologicamente a questões identificadas politicamente com a esquerda. Esses grupos recebem influência histórica de movimentos ecumênicos e de teologias revolucionárias, principalmente da segunda metade do século XX, que atuaram na América Latina na defesa dos direitos de populações oprimidas sistematicamente. Tais movimentos históricos eram embasados em interpretações teológicas direcionadas a atender necessidades sociais suscitadas por um rápido processo de industrialização e urbanização, além de contextos de governos ditatoriais, que acirraram as desigualdades vivenciadas pela classe trabalhadora latino-americana da época. Na esteira desses movimentos, os evangélicos progressistas se inserem na política partidária brasileira e atuam em coletivos e em veículos de comunicação com o intuito de disseminar a pluralidade existente no segmento evangélico e fortalecer a oposição aos ideais fundamentalistas defendidos pelos cristãos protestantes ultraconservadores. Foi possível observar por este trabalho que a presença dos evangélicos progressistas na mídia se torna uma necessidade crescente como contraponto ao fundamentalismo.

Palavras-chave: evangélicos progressistas; Magali Cunha; movimento ecumênico; presença midiática.

MANTOVANI, Débora. **Progressive evangelicals in the media and the opposition to fundamentalism.** 2024. 61 ps. Course Conclusion Paper (Bachelor Graduation in Journalism) - Center of Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2024.

ABSTRACT

The number of evangelicals is rising in Brazil, and demographers of Brazilian's Institute of Geography and Statistics (*IBGE*) have demonstrated that until 2032 this religious group will outnumber for the first time the amount of catholics in the country. With the rise of the evangelical population, this segment inserts itself more and more in different spheres of citizenship, and gains ground as a growing ideological and political influence in Brazil. With that in mind, this work proposes to analyze the contribution in both political and media spaces of progressive evangelicals as from in a column by the journalist and researcher Magali Cunha, published in the Carta Capital newspaper. From the publication, the main discourses related to evangelicals in the media will be identified and analyzed, through elements of the theoretic models of Content Analysis and Discourse Analysis. Progressive evangelicals, in a general way, stand up for matters of inclusion and social transformation and are ideologically allied to subjects politically identified with the left. These groups receive historical influence from ecumenic movements and revolutionary theologies, especially from the second half of the twentieth century, which acted in Latin America in the defense of the rights of systematically oppressed populations. Such historical movements were based in theological interpretations directed to supply the social needs brought about by a fast process of industrialization and urbanization, as well as contexts of dictatorial government regimes, which intensified the inequalities lived by that time's latin american working class. Following the track of these movements, progressive evangelicals enter brazilian's political parties and act in collectives and communication vehicles in the hopes of spreading the plurality existing in the evangelical segment and strengthening the opposition to fundamentalist ideals defended by ultraconservative protestant christians. Through this work, it was possible to observe that the presence of progressive evangelicals in the media becomes a growing need as a counterpoint to fundamentalism.

Keywords: progressive evangelicals; Magali Cunha; ecumenic movement; media presence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 EVANGÉLICOS NA MÍDIA E NA POLÍTICA BRASILEIRA	11
2.1 EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: MAGALI CUNHA E A OPOSIÇÃO AO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO	16
2.2 EVANGÉLICOS NA MÍDIA BRASILEIRA E DE QUE FORMAS OS GRUPOS PROGRESSISTAS DIFEREM DOS GRUPOS CONSERVADORES DO SEGMENTO	22
3 EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS: origens históricas e perspectivas	28
3.1. HISTÓRICO DE MOVIMENTOS ECUMÊNICOS NO BRASIL	31
3.2. O LEGADO DE RUBEM ALVES NO MOVIMENTO ECUMÊNICO	36
4 CONTEÚDO E DISCURSO: uma análise a partir de coluna de Magali Cunha	43
4.1 COLUNA DE MAGALI CUNHA NA OPOSIÇÃO A DISCURSOS FUNDAMENTALISTAS	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020, a Folha de S. Paulo publicou uma pesquisa do Instituto Datafolha que aponta que 31% dos brasileiros são evangélicos. O Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 já mostrava expansão significativa na população que se declara como evangélica: de 2000 a 2010, a parcela passou de 15,4% para 22,2%, o que representou um aumento de aproximadamente 61% em apenas 10 anos. O crescimento dessa população no país é, segundo Alves (2018), de 0,8% ao ano, ao passo que dentre os católicos há um declínio de 1,2% por ano. Caso ambas as porcentagens continuem na mesma proporção, Alves (2018) prevê uma transição religiosa inédita no Brasil em 2032, quando o país terá, pela primeira vez, mais evangélicos do que católicos, com 38,6% de católicos e 39,8% de evangélicos. Por meio do Censo Demográfico de 2022, que divulgou alguns de seus dados em 2 de fevereiro de 2024, o IBGE constatou que o Brasil já tem em média 286 templos religiosos para cada 100 mil habitantes, sendo 579,7 mil estabelecimentos de todas as religiões. Esse número ultrapassa a soma dos de estabelecimentos de saúde e de educação no país, que são respectivamente 247,5 mil e 264,4 mil. Os dados do Censo de 2022 específicos sobre quantos destes estabelecimentos são evangélicos ainda não foram publicados.

Com relação especificamente às igrejas evangélicas, um levantamento de 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que usou dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, já identificava que dos 124,5 mil estabelecimentos religiosos existentes no Brasil em 2021, 14,3 mil eram católicos, 23 mil evangélicos de denominações protestantes históricas e 64 mil pentecostais e neopentecostais. Somente a Assembleia de Deus, que o IPEA identificou como tendo 17,3 mil templos, ultrapassava sozinha o número de igrejas católicas identificadas em 2021.

Esse aumento no número de evangélicos é acompanhado pela ampliação da atuação política do segmento, tanto com relação à presença do setor em cargos políticos quanto sua influência como eleitorado. Segundo o portal da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional soma 195 deputados e 8 senadores. Esses números não significam que todos os signatários são evangélicos, uma vez que, para constituir uma Frente Parlamentar, segundo o portal da Câmara Legislativa, são necessárias assinaturas de ao menos um terço dos

membros do Poder Legislativo. Porém, parte dessa Frente constitui o grupo comumente chamado de Bancada Evangélica que, conforme o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), abrange os deputados que ocupam cargos em instituições evangélicas, como bispos, pastores, cantores de música gospel, dentre outros, e que aumentaram, de 2010 a 2018, passando de 73 deputados para 84. Esse crescimento pode ser observado também no âmbito das eleições municipais. Segundo levantamento de 2020 da revista Exame, que analisou dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), subiu 34%, entre 2016 e 2020, o número de candidatos que utilizaram o título de pastor ou pastora no registro de suas candidaturas.

Em vista dessa crescente influência social e política de evangélicos no Brasil, tendência que é também acompanhada por outros países da América Latina, torna-se evidente a necessidade por parte da mídia de observar esse segmento mais detalhadamente e entender a diversidade de grupos que compõem as associações religiosas abrangidas pela designação de “evangélicos”. Portanto, este trabalho busca compreender, a partir de uma análise da contribuição da jornalista Magali Cunha: Como os evangélicos progressistas aparecem na mídia brasileira, a que discursos eles se opõem e que diferença sua presença nesses espaços pode fazer para conscientizar sobre a pluralidade desse segmento religioso.

Os evangélicos progressistas, conforme Thuswohl (2021), incluem segmentos dentre as igrejas evangélicas que defendem princípios mais vinculados politicamente à esquerda, abrangendo interpretações teológicas que apoiam movimentos identitários e mesmo grupos vinculados a partidos políticos. De acordo com Barreto Jr (2010), desde a década de 1950, movimentos ecumênicos na América Latina destacam abordagens teológicas diretamente ligadas a uma ética social. A partir da década de 1960, as contribuições do pedagogo e teólogo Rubem Alves, que já foi pastor presbiteriano, ao ecumenismo e ao comprometimento com causas sociais no segmento religioso, são também parte do legado de grupos evangélicos que se opõem ao fundamentalismo. Segundo Cunha (2017), a participação midiática dos evangélicos progressistas na atualidade ganhou grandes dimensões também por meio das redes sociais, como Facebook e Twitter. A presença desses grupos nas mídias tradicionais na atualidade, entretanto, ainda é limitada.

É certo que existe identificação entre diversos grupos evangélicos com uma agenda política conservadora e, por vezes, antidemocrática. Segundo Bohn (2004), que analisou dados do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2002, é possível observar

que boa parte dos evangélicos se alia a argumentos conservadores em diversas questões sociais. O estudo do Eseb citado por Bohn (2004) foi realizado de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002, utilizando “uma amostra probabilística sem substituição que abrangeu todas as regiões do país, num total de 2.513 entrevistas” (BOHN, 2004, p.295). As diversas denominações evangélicas consideradas no levantamento foram agrupadas sob a mesma designação (evangélicos) para facilitar sua comparação com os demais segmentos religiosos considerados. Sobre o posicionamento que expressaram em relação ao aborto na pesquisa do Eseb de 2002, 46,71% dos evangélicos declararam que deveria ser proibido em qualquer situação, maior porcentagem com esse posicionamento dentre todos os grupos religiosos registrados na pesquisa. No mesmo levantamento, 84,34% dos evangélicos, também se destacando como maior porcentagem dentre todos os demais setores religiosos com este posicionamento, declararam que não apoiam grupos LGBTQIA + (à época da pesquisa, o termo usado foi “homossexualismo” (sic)).

Em contextos mais recentes, há evidências de que boa parte desse segmento religioso ainda se alia à defesa de argumentos reacionários e que, por vezes, desconsideram a lei, como será exemplificado por algumas das notícias que serão analisadas por este trabalho, nas quais a associação comum e que aparece representada na mídia entre evangélicos e fundamentalismo religioso é justificada. Visto que este trabalho não pretende negar que existe identificação entre diversas correntes de denominações evangélicas brasileiras com tais posicionamentos, é importante pontuar que representações desse segmento como uma massa homogênea, além de desconsiderar a existência de vertentes progressistas, podem contribuir para a manutenção da hegemonia de discursos conservadores dentre os evangélicos. Cunha (2017) observa da seguinte forma o retrato desse segmento na mídia brasileira:

Os evangélicos são o grupo em maior evidência quando se aborda nas mídias noticiosas a temática mídia, religião e política. Muito por conta do amplo crescimento numérico e geográfico do grupo, verificado nas duas últimas décadas e das intensas presenças nas mídias tradicionais e nas mídias digitais e na política partidária. (...) As mídias noticiosas e as mídias religiosas colocam em evidência uma hegemonia de ideologia conservadora entre os evangélicos, seja na cobertura das pautas da Bancada Evangélica no Congresso Nacional seja nos pronunciamentos de lideranças sobre temas da política nacional. (CUNHA, 2017, p. 220 e 221).

O espaço político ocupado por setores evangélicos conservadores e sua presença na mídia é um dos temas pesquisados pela doutora em Ciências da Comunicação, docente e pesquisadora da Universidade Metodista de São Paulo, Magali Cunha. A pesquisadora relaciona o aumento da participação político-partidária desses grupos evangélicos ao fortalecimento das teologias de ramos do Pentecostalismo: “o surgimento de um sem-número de igrejas autônomas, autóctones, (...) transformou o cenário do cristianismo, ao provocar um crescimento significativo em termos numéricos e geográficos da população evangélica” (CUNHA, 2016, p. 147).

Cunha vincula esse aumento no número de igrejas e sua presença nos espaços midiáticos tradicionais e digitais a uma maior influência política do segmento. Também ganha destaque nesse cenário o crescimento do mercado gospel, que além de estar inserido no âmbito mercadológico e encontrar na religião um produto, com a projeção de artistas gospel e telenovelas, envolve ainda discursos políticos e culturais e a promoção de uma determinada visão de mundo. Cunha identifica nesse novo cenário sócio-cultural uma tendência dos grupos conservadores evangélicos de se associarem mais profundamente ao mercado e à tecnologia como forma de divulgação de suas mensagens. Ela chama a esse movimento de “neoconservadorismo”, uma vez que ele se vale da utilização de novas mídias.

A presente pesquisa buscará, portanto, identificar e interpretar a atuação de evangélicos progressistas na política e na mídia brasileiras, usando como exemplo a atuação da jornalista Magali Cunha e uma coluna escrita por ela. Destacaremos por meio de elementos da Análise de Conteúdo (AC), as principais maneiras como os evangélicos aparecem na mídia, tanto em publicações sobre evangélicos quanto naquelas feitas por evangélicos, bem como recolher informações a respeito da história dos evangélicos progressistas no Brasil, que ajudarão a nortear o trabalho. E, em seguida, por meio de elementos da Análise do Discurso (AD), investigaremos, a partir de exemplos como o de Magali Cunha, quais são os principais discursos que aparecem vinculados a evangélicos na mídia e como a presença dos evangélicos progressistas nos veículos de comunicação pode contribuir para uma visão mais plural de um segmento tão numeroso e o combate aos discursos fundamentalistas. Ao longo de todo este trabalho, o termo “evangélicos” será usado para abranger a todas as denominações do cristianismo protestante, incluindo os protestantismos históricos e as denominações pentecostais mais recentes, baseando-se na classificação de

Freston (1993), conforme a qual no Brasil convencionou-se chamar de evangélicos a todos os grupos cristãos com exceção de: Católicos Romanos, Católicos Ortodoxos, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e Testemunhas de Jeová.

2. EVANGÉLICOS NA MÍDIA E NA POLÍTICA BRASILEIRA

Buscaremos retomar a história desse segmento religioso no Brasil para tentar compreender como funciona sua inserção crescente na vida política e midiática em um país historicamente católico. A chegada mais significativa dos evangélicos no país remonta ao século XIX, com a vinda dos chamados protestantismos históricos. De acordo com Fonseca (1997), imigrantes alemães trouxeram a fé luterana para o país a partir de 1823. Séculos antes, porém, conforme Barreto Jr. (2010), os protestantes já tinham estado no país, a partir de 1555, por meio de uma expedição de huguenotes franceses liderados por Nicolau Durand de Villegaignon, que tentaram estabelecer uma colônia francesa numa ilha na Baía de Guanabara. Barreto Jr., baseando-se no trabalho de Mendonça (1996), descreve:

Embora a principal motivação desta expedição fosse econômica, Villegaignon convenceu seu amigo almirante Coligny, líder dos huguenotes na França, a persuadir o rei Henrique II a financiar a expedição, baseado no argumento de que esta colônia, que eles chamaram França Antártica, tinha o potencial de ser o lugar para que os protestantes vivessem e praticassem sua fé longe da perseguição que eles sofriam em casa. Assim, o primeiro culto protestante em terras brasileiras foi conduzido por huguenotes franceses em 1557. (BARRETO JR., 2010, p. 276).

A tentativa, porém, fracassou, juntamente com os planos de colonização da expedição francesa, que foram combatidos pelos portugueses. Segundo Lima (2002), contudo, outros representantes do protestantismo estiveram no Brasil no século XVII, por meio de imigrantes holandeses de orientação calvinista no Nordeste do país. Apesar de também guiados primariamente por interesses econômicos, Barreto Jr. pontua que os holandeses “organizaram a Primeira Igreja Reformada em solo brasileiro em 1625, traduziram o Novo Testamento em uma das línguas indígenas, e publicaram um catecismo em holandês, português e tupinambá.” (BARRETO JR., 2010, p. 276). Contudo, também esta tentativa foi derrotada pelos portugueses, que junto ao apoio espanhol conseguiram expulsar os holandeses do Nordeste do país, região que, conforme Mendonça (1996), tinham conseguido dominar por 24 anos.

Porém, uma presença mais concreta de protestantes em terras brasileiras começa a partir do século XIX. Conforme Fonseca (1997), há registros de estabelecimento das igrejas das seguintes denominações nos seguintes anos no

Brasil (trazidas principalmente por missionários norte-americanos ao longo do século XIX): congregacional (1855), presbiteriana (1859), metodista (1867), cristã evangélica (1879), batista (1882), adventista (1894) e anglicana (1898).

A ocupação do norte do Paraná também foi marcada pela presença do protestantismo na região. De acordo com Lima (2002), conforme famílias de pioneiros iam se estabelecendo nas comunidades recém-formadas do norte do estado, pastores de diversas denominações protestantes viajavam a pé ou a cavalo divulgando suas crenças religiosas pelas áreas loteadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CMNP). As próprias famílias e núcleos evangélicos iam se estabelecendo nas novas cidades e promovendo cultos domésticos ou em agrupamentos protestantes informais. Segundo Lima (2002), era comum que católicos destas novas povoações acabassem participando das festas religiosas e até mesmo frequentando as igrejas evangélicas, acabando alguns por converter-se ao protestantismo, pela demora de templos católicos se estabelecerem em algumas comunidades mais recentes à época:

A falta de orientação e de cuidados religiosos de cunho católico (a primeira missa só foi rezada em Londrina no ano de 1934, a céu aberto) facilitou a penetração dos ensinamentos e doutrinas protestantes, pois os moradores da vila não tinham outras opções. (LIMA., 2002, p. 56).

Em Londrina, o primeiro templo evangélico foi construído em 1937, pela Igreja Presbiteriana Independente, liderada pelo Reverendo Jonas Dias Martins, por meio de doação de terreno da Companhia de Terras. De acordo com Lima, o estabelecimento desses grupos sociais pode ter sido importante para integrar socialmente alguns dos setores mais empobrecidos da população, além de criar um senso de comunidade, tanto nas áreas rurais como urbanas, uma vez que “os cultos, a escola dominical, as festas e convêscotes permitiam a participação de todos. A condição de religião minoritária face ao catolicismo acabava por unir os grupos protestantes.” (LIMA, 2002, p. 31). Há também que se destacar a atuação de grupos evangélicos nos primeiros anos de Londrina em prol da educação de suas próprias comunidades, como herança da prática das escolas dominicais. Apesar de permeada por ensinamentos doutrinários, as escolas dominicais foram estabelecidas em Londrina na década de 1930, conforme Lima (2002), como na escola paroquial da Igreja Presbiteriana Independente, onde os membros da igreja tinham acesso a cursos

de alfabetização, matemática, português e inglês. Esse tipo de atuação na vida social incentivava a proximidade dos grupos religiosos em diversos setores da realidade de suas comunidades.

A inserção dos evangélicos na política, porém, segundo Freston (1993), começou a ser mais significativa somente a partir das eleições de 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Ao se elevar no cenário político, os evangélicos passaram a receber cada vez mais destaque na mídia, no mesmo ano da Constituinte, sendo que o principal assunto pelo qual o segmento religioso era citado nos jornais era com relação à formação da “Bancada Evangélica”. Após a aquisição da rede Record de televisão pelo bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo, em 1989, o segmento ganha ainda mais espaço nos veículos de comunicação.

De acordo com Freston (1993), no Brasil convencionou-se chamar de evangélicos a praticamente todas as denominações que diferem do Catolicismo Romano e do Ortodoxo, com exceção da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (“Mórmons”) e dos Testemunhas de Jeová (TJ). O aumento de evangélicos no país ocorre principalmente no âmbito das igrejas pentecostais e neopentecostais. Segundo Fonseca (1997) o pentecostalismo é caracterizado por um foco no uso dos “dons do Espírito Santo”, dentre eles, a glossolalia, conhecida como o “dom de falar em línguas”. Com maior propagação a partir do avivamento da igreja da Rua Azuza em Los Angeles (EUA) em 1906 (apesar de haver registros que apontam para origens ainda mais remotas, como a de 1901 em Topeka, Kansas), o pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910, trazido pelo italiano Luigi Francescon para o interior de São Paulo.

Em 1911, os suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg fundaram a Assembleia de Deus em Belém do Pará. Os três tinham recebido seu primeiro contato com a vertente na igreja da Rua Azuza de Los Angeles (FONSECA, 1997). Já na década de 1960, com a criação da Igreja de Nova Vida, Freston aponta o início do neopentecostalismo, caracterizado por modificações do pentecostalismo clássico, com ênfases no uso dos meios de comunicação eletrônicos (rádio e televisão) para divulgar as mensagens da igreja. O neopentecostalismo também é conhecido por ser o principal propagador da Teologia da Prosperidade, que incorpora ideais capitalistas, especialmente neoliberais, em suas pregações.

O neopentecostalismo, porém, não é a primeira vertente evangélica que se alinha de alguma forma a ideais capitalistas. Weber (1905) já demonstrava que, desde o século XVI, havia certa correspondência entre as regiões mais desenvolvidas economicamente da Alemanha da época como sendo justamente as mais habitadas por grupos já convertidos ao protestantismo, e associa esse fenômeno à influência da mentalidade calvinista dos Países Baixos, que foi de fundamental atuação no fomento ao capitalismo, por não condenar o comércio e o lucro. Apesar da possível influência dos protestantismos históricos, a Teologia da Prosperidade muitas vezes rejeita o reconhecimento das estruturas sociais e circunstâncias que possam atrapalhar a 'prosperidade' de seus adeptos, o que contribui para fortalecer discursos neoliberais em meios evangélicos.

A relação de evangélicos com meios de comunicação no Brasil começa, assim como uma maior propagação das vertentes do segmento no país, no século XIX. De acordo com Fonseca (1997), o início da publicação de materiais de leitura evangélicos em língua portuguesa no Brasil pode ser atribuído à atuação dos Adventistas no país. É comum, na denominação, a divulgação e distribuição de folhetos, livros e revistas que propagam estudos bíblicos baseados nas crenças adventistas, podendo ser distribuídas pelo método chamado 'correio missionário' ou pelos 'colportors', vendedores de literatura adventista que adquirem as publicações por um valor reduzido para divulgar e revendê-las. Fonseca cita que essa ênfase na evangelização por meio de publicações impressas foi fundamental na propagação da vertente no Brasil, e que a distribuição de material impresso é presente também em demais denominações.

A partir das décadas de 1920 e 1930, o rádio começou a se popularizar no país, permitindo que alguns programas tivessem alcance nacional e, já na década seguinte, foram feitas as primeiras experiências de transmissões evangélicas nas emissoras. Segundo Fonseca, também nessa fase os adventistas se destacaram na utilização da mídia, estabelecendo programas regulares inspirados em transmissões norte-americanas. A Igreja do Evangelho Quadrangular, que Freston (1993) caracteriza como pertencente a uma "segunda onda" do pentecostalismo, marcada pelo processo de urbanização, ao chegar ao Brasil em 1951 também passou a levar ao ar seus programas de evangelização.

O foco em propagar suas crenças pela mídia prosseguiu nas igrejas evangélicas após a chegada da televisão. E também nesse meio, o primeiro programa

evangélico, denominado *Fé para Hoje*, foi dos adventistas, transmitido a partir de 1962 pelo casal Neide e Alcides Campolongo. Na mesma década, segundo Fonseca (1997), o bispo pentecostal Roberto McAlister, da Igreja de Nova Vida, também iniciou suas transmissões, seguido, ao final da década de 1960, pelo primeiro pastor presbiteriano (reverendo João Campos) e batista (Rubens Lopes) na televisão.

De acordo com Freston, foi na década de 1980 que a mídia evangélica passou a ter um espaço ainda maior e de alcance nacional com a compra da TV Record pelo bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo, em 1989. Mas além dos conteúdos feitos por evangélicos, que, conforme estabelecido por Fonseca, historicamente tiveram objetivo de propagação da fé de suas diversas vertentes, o segmento é também amplamente retratado pela mídia tradicional.

As particularidades do protestantismo brasileiro, a presença de evangélicos na mídia e sua relação com a política têm sido objeto de pesquisa da jornalista Magali Cunha há 28 anos. Nascida em 12 de abril de 1963, no Rio de Janeiro, Cunha, que é membro da Igreja Metodista do Rio de Janeiro, se formou jornalista em 1985 e desde o mestrado já estudava a história de movimentos ecumênicos na formação do protestantismo no Brasil.

Em seu doutorado, finalizado em 2004, intitulado “Vinho novo em odres velhos. Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil”, a autora analisa a mercantilização das temáticas evangélicas e o impacto social desse segmento na mídia. Atualmente, Cunha é pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e colaboradora do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). É também colunista do jornal Carta Capital, onde publica semanalmente em sua coluna “Diálogos da Fé”, e é uma das coordenadoras do coletivo Bereia - Informação e checagem de notícias, grupo de evangélicos engajados pela checagem de informações e denúncias de *fake news* publicadas em *sites* e portais de notícias gospel.

Na história da igreja Metodista, da qual Magali Cunha participa, as ações focadas na redução da desigualdade social sempre tiveram papel fundamental. Fundada pelo britânico John Wesley em 1738, a denominação nasceu como uma tentativa de desburocratização das doutrinas impostas às paróquias inglesas anglicanas da época. No princípio ainda ligado à Igreja Anglicana, o fundador passou a sofrer perseguições por distanciar-se da doutrina majoritária. De acordo com Dornellas (2007), o movimento Metodista foi marcado por um avivamento e pelo

incentivo aos estudos em todas as áreas, mas principalmente pela luta contra as novas injustiças trazidas pela Revolução Industrial e pelo combate à escravidão. Wesley dedicava-se a pregações baseadas num estudo metódico da Bíblia, mas ficou conhecido principalmente por sua dedicação às causas dos grupos mais pobres, em especial os trabalhadores das novas indústrias e minas de carvão britânicas, e por suas pregações ao ar livre, distanciadas das burocracias.

Uma grande preocupação dos primeiros metodistas era com a pobreza da nova classe trabalhadora industrial, que estava começando. Afastada do campo pela crescente mecanização e cercamentos de terras feitos pelos latifundiários ingleses, grande parcela da população foi forçada a se inserir no trabalho industrial nas grandes cidades, onde trabalhavam em condições insalubres com jornadas de cerca de 12 horas diárias. Foi nesse contexto que se iniciou a Igreja Metodista, inicialmente como uma tentativa de Wesley de reformar a Igreja Anglicana e aproximá-la do combate às novas injustiças que se instauravam. Segundo Dornellas, três dos primeiros sindicalistas ingleses eram pregadores metodistas. De acordo com o portal nacional da denominação no Brasil, foi apenas após a morte de seu fundador que o segmento se separou do anglicanismo, e o legado do metodismo é o de uma forte preocupação social e atuação contra as desigualdades.

2.1 EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: MAGALI CUNHA E A OPOSIÇÃO AO FUNDAMENTALISMO

A doutora em Ciências da Comunicação, docente e pesquisadora da Universidade Metodista de São Paulo e colunista semanal do jornal Carta Capital, Magali Cunha (2016) descreve que, no Brasil, são categorizados pelo termo “evangélicos” a todos os setores cristãos que não se encaixam no catolicismo romano nem ortodoxo.

Segundo Cunha, o segmento pode ser de forma generalizada identificado como um tipo de cristianismo que, em geral: faz uma interpretação fundamentalista, ou seja, literalista, dos textos bíblicos, e que acredita numa forma de salvação fortemente focada numa espiritualização individual, o que pode culminar numa negligência aos contextos sociais e políticos que também permeiam a existência

humana. Apesar de variações entre as denominações, a pesquisadora identifica essas influências como marcantes para a compreensão desse segmento.

Uma mudança significativa na visão de mundo evangélica pode ser ilustrada a partir da criação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional, a partir de 1986. De acordo com Cunha, os protestantismos, por terem um enfoque na salvação pessoal da alma, não incentivavam tanto, nas primeiras décadas de sua presença no Brasil, a participação de seus membros no universo político-partidário, pois entendiam essa esfera como associada ao âmbito das paixões terrenas, no qual os fieis não deveriam empenhar-se com tanta diligência quanto se dedicavam às questões espirituais.

Após a Constituinte, porém, a partir da qual começou a formar-se o que viria a ser a Frente Parlamentar Evangélica, consolidada em 2003, representantes de grupos evangélicos passaram a lançar-se cada vez mais na vida pública e procurar visibilidade no meio, valendo-se de seu título de “evangélicos” e de lemas que passaram a ser difundidos nas igrejas como “irmão vota em irmão”. Cunha descreve como aconteceu a evolução da influência desse grupo na política:

Até 2010, esses parlamentares não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: se revertiam em “praças da Bíblia”, criação de feriados para concorrer com os católicos, benefícios para templos. O perfil dos partidos nos quais a maioria desses políticos está afiliada reflete isto, bem como recorrentes casos de fisiologismo. (CUNHA, 2016, p.149).

Foi principalmente a partir de 2011 que as pautas defendidas por essa Frente passaram a demonstrar fortemente sua relação com um conservadorismo moral, valendo-se de suas interpretações restritas da moral cristã num embate político mais acirrado.

Lemas e palavras de ordem como a “defesa da família e da moral cristã” ganharam destaque nesse novo cenário, sendo usados pelos grupos fundamentalistas como forma de se opor no parlamento às pautas progressistas, em especial às relacionadas ao feminismo e aos direitos LGBTQIA+. Cunha exemplifica que nessa época, essas figuras fundamentalistas começaram a se alçar a cargos ainda mais altos, como ministérios e presidência de comissões da Câmara dos Deputados:

Marcelo Crivela foi nomeado ministro da Pesca e Aquicultura em 2012, e George Hilton, ministro do Esporte em 2015 – ambos bispos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), vinculados ao Partido Republicano Brasileiro (PRB); além do emblemático caso em que o deputado pastor Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara em 2013. (CUNHA, 2016, p.149).

Cunha aponta este último caso como emblemático por ser o deputado Marco Feliciano uma figura que recorrentemente propaga discursos de ódio e intolerância às minorias em mídias religiosas e em suas próprias redes sociais (como por exemplo declarações racistas postadas no Twitter pelo deputado em 30 de março de 2011, em que usava passagens bíblicas como forma de justificar guerras em territórios africanos), tornando sua presidência na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) um contrassenso, fato que resultou em ampla cobertura do caso pela mídia na época. É possível inferir que a leitura fundamentalista dos textos religiosos feita por essa parcela do segmento é o instrumento que abre espaço para justificar essas posições intolerantes e até mesmo criminosas.

Cunha ressalta o uso das interpretações bíblicas empregadas por essa Frente para se ampararem diante dos fiéis e se isentarem de responder àqueles que os contestam, por meio de uma auto vitimização e alegação de que sofrem perseguição, ao pontuar que é comum que “estas mesmas lideranças conduzam reflexões teológicas que defendem a existência de um Deus guerreiro e belicoso, e incentivem a discriminação a quem lhes faz oposição ou tenha posição diversa, como agentes do diabo” (CUNHA, 2016, p. 152).

A pesquisadora associa a projeção e visibilidade das figuras do mercado gospel nas mídias a esse aumento do poder advindo da articulação política desses grupos. Existe, portanto, para além de uma lógica capitalista com a criação de um novo segmento de mercado, um amparo no poder político-partidário e domínio de novas tecnologias.

O fenômeno está atrelado ao “neoconservadorismo”, que apesar de não ser uma manifestação exclusiva de evangélicos, está relacionado ao aumento da projeção desse segmento religioso em diversas esferas. É por meio do neoconservadorismo que figuras como o ex-presidente Jair Bolsonaro se utilizaram de discursos que acenavam para a “moral cristã” defendida pelos evangélicos conservadores, com

elementos de intolerância a grupos LGBTQIA +, defesa do armamentismo e demais pautas conservadoras, para conseguir o apoio e voto de muitos membros do segmento.

Além do conservadorismo moral, o neoconservadorismo é marcado pelo apreço pelo neoliberalismo na política e na economia, misturando por vezes ideais dessa vertente econômica com os ideais cristãos, numa tentativa de inter-relacioná-los no campo político, conseguindo juntar num mesmo contexto o apoio de diferentes setores sociais. Cunha atribui também parte da culpa por esse processo às próprias mídias tradicionais que, ao dar espaço para esses discursos, contribui para sua legitimação:

Todo este processo é corroborado pelas tradicionais empresas de mídia brasileiras que, pelo menos na última década, em especial na cobertura noticiosa, tem dado amplo espaço para analistas e comentaristas defenderem abertamente perspectivas e valores conservadores, como é o exemplo de Arnaldo Jabor, Alexandre Garcia e Merval Pereira, nas Organizações Globo; Reinaldo Azevedo, na revista Veja; José Luiz Datena e Boris Casoy, no Grupo Bandeirantes; Marcelo Rezende, na Rede Record; Luiz Pondé, na TV Cultura; e mais recentemente, Rachel Sheherazade, no SBT. (CUNHA, 2016, p.154).

É plausível, porém, interpretar esse fenômeno como resultado de um mecanismo que se retroalimenta: à medida que os evangélicos conservadores se projetam na política, adquirem emissoras de televisão nas quais defendem seus ideais, postam em redes sociais e usam seus espaços para aumentar ainda mais sua visibilidade, os veículos da mídia tradicional acabam noticiando e retratando esse setor cada vez mais, por estar em evidência; ao mesmo tempo, esses grupos ultraconservadores utilizam o palco que adquirem nas grandes mídias para se legitimar e propagar em maior grau suas mensagens.

Dessa forma, discursos dos mais absurdos, ofensivos e criminosos adquirem uma projeção que até poucas décadas antes era impensável e tornam-se cotidianos, graças à tecnologia e, também, com uma parcela de auxílio da mídia (por dar voz a suas mensagens), acabam conseguindo inserir-se em cargos altos da política brasileira e favorecendo nas esferas legais os interesses dessa parte conservadora da sociedade.

Cunha pontua que esse fenômeno não é exclusivo do Brasil, e que pode ser observado em diversos países da Europa e nos Estados Unidos na atualidade, assim

como a presença desse segmento na mídia. Ela cita como exemplo o ressurgimento de partidos abertamente neonazistas em países europeus, além do acirramento da islamofobia, do antissemitismo e anticomunismo nestes contextos. Para Cunha, a mídia carrega parte da responsabilidade pelo ressurgimento de preconceitos antigos e também pela propagação de novos, simplesmente por dar muita visibilidade a esses agentes e não tanta a vozes de grupos que estão na contramão desses movimentos. Para a jornalista, isso poderia ser combatido a partir de um espaço maior para vozes progressistas na mídia, o que poderia servir para mostrar aos telespectadores a pluralidade existente de expressões. Ela descreve:

O que se torna urgente é a possibilidade do debate e de expressão das diferentes vozes. Isto é o que precisa ser garantido neste contexto democrático, e é aqui que o lugar das mídias se reveste de importância. Nesse caso, superando o tratamento dos evangélicos como um grupo homogêneo, rechaçando tendências unificantes de um segmento formado por uma expressiva variedade de grupos, de distintas origens, práticas e doutrinas, mas tornando nítidas e públicas as diferentes posturas e projetos deste segmento no campo político. (CUNHA, 2016, p. 159).

Merece destaque a atuação da jornalista no Coletivo Bereia - Informação e checagem de notícias, grupo que ajudou a idealizar e do qual é uma das coordenadoras e que tem o objetivo de, segundo o portal do coletivo, “checar fatos publicados diariamente em mídias religiosas e em mídias sociais brasileiras que abordem conteúdos sobre religiões e suas lideranças no Brasil e no exterior. Bereia oferecerá pluralidade de pontos de vista e transparência” (aba ‘Proposta Bereia’ do *site* do Coletivo Bereia).

Em entrevista concedida à Revista Fórum e publicada em 5 de novembro de 2021, Cunha descreve que o projeto, que existe desde 2019, integra jornalistas e pesquisadores evangélicos comprometidos com a checagem de fatos retratados em notícias relacionadas ao segmento evangélico, por meio da denúncia de *fake news* e correção das informações publicadas por estes veículos. O nome do coletivo, segundo Cunha, faz referência a uma cidade grega citada na Bíblia, no livro de Atos dos Apóstolos, capítulo 17. A passagem menciona um grupo de judeus que participava das reuniões promovidas pelos recém-formados cristãos, que estudava os escritos sagrados diariamente para checar a veracidade do que o apóstolo Paulo relatava em suas cartas. Cunha descreve na entrevista as especificidades do projeto:

O Coletivo afirma ter consciência de que são muitas as várias iniciativas de agências, sites e coletivos que prestam serviços de verificação diante da realidade tão desafiadora da propagação intensa de desinformação. No entanto, Bereia oferece uma especialidade ainda não desenvolvida por outro grupo: a checagem de notícias veiculadas nos espaços de mídias e lideranças religiosas, que têm o público cristão como alvo. O Coletivo atua ainda na verificação dos pronunciamentos dos políticos que se identificam como religiosos e que estão tão em evidência no cenário político hoje. (CUNHA, 2021).

A atuação desse coletivo exemplifica a importância de se fomentar a participação de evangélicos progressistas nos veículos de comunicação. Essa autocrítica do segmento, dos próprios evangélicos denunciarem as falsidades presentes em setores do grupo religioso a que eles mesmos pertencem, e apresentarem as possibilidades plurais de existências evangélicas ao público podem fazer a diferença no cenário político brasileiro.

Além de Magali Cunha e dos pesquisadores que integram o coletivo, merecem menção o trabalho de jornalistas como Ronilso Pacheco e de políticos como o pastor e deputado federal Henrique Vieira, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) do Rio de Janeiro. Vieira ficou célebre por defender abertamente os direitos de grupos marginalizados socialmente no Brasil através de uma teologia inclusiva, que retoma as bases da atuação dos movimentos ecumênicos do século XX.

Em seu mandato na Câmara dos Deputados, Vieira tem buscado combater o racismo estrutural, a LBTQIA + fobia e promover a imagem de um cristianismo que aceita, ao invés de excluir. A defesa das pessoas LGBTQIA +, grupo normalmente tão rechaçado pelos cristãos fundamentalistas, encontra bases teológicas no trabalho da teóloga protestante argentina Marcella Althaus-Reid.

A pesquisadora, formada pelo Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos (ISEDET) no final dos anos de 1970, época em que fervilhava o movimento ecumênico e a Teologia da Libertação, teve contato com as teologias revolucionárias e desenvolveu um extenso trabalho baseado no método de conscientização de Paulo Freire. Citada por Ribeiro, a teóloga destaca a importância da pedagogia de Freire em sua atuação:

Como professora, me interessou o método de Paulo Freire, o método dialógico. Mais do que o democrático, entendo o método dialógico

como sendo o coração da TdL [Teologia da Libertação]. Quero uma teologia dialógica com Deus para deslocar o relacionamento hierárquico com ele, pois quero contextualizar enquanto mulher, que é uma experiência distinta da de outras pessoas. (ALTHAUS-REID, 2004, p. 90, apud RIBEIRO, 2020, p.195)

A teologia de Althaus-Reid foi profundamente focada na relação dos estudos sobre gênero e sexualidade, assim como a influência do patriarcado no cristianismo. Além de ter tido contato com a Teologia da Libertação, sobre a qual discorreremos no próximo capítulo deste trabalho, a teóloga se dedicou principalmente aos estudos da Teologia *Queer* (termo amplo usado para caracterizar a população LGBTQIA+) e Feminista, interessada no recorte materialista e feminista nas interpretações bíblicas. Amparada pelo feminismo marxista, que considera a condição da mulher no patriarcado como parte da estrutura capitalista e nas relações de trabalho, a teóloga buscava desconstruir as identidades sexuais comumente aceitas como mecanismo para desconstruir os projetos políticos hegemônicos. Ela identifica que grande parte do segmento evangélico corrobora em suas doutrinas mecanismos de dominação patriarcais, além de incorporar discursos de intolerância e homofobia. A proposta de Althaus-Reid é a de uma teologia comprometida com o combate a essas opressões e na necessidade de se incorporar esses elementos no debate da Teologia da Libertação.

2.2 EVANGÉLICOS NA MÍDIA BRASILEIRA E DE QUE FORMAS OS GRUPOS PROGRESSISTAS DIFEREM DOS GRUPOS CONSERVADORES DO SEGMENTO

Tanto como fontes entrevistadas em reportagens quanto na posição de assunto de notícias, exemplos pontuais de como a figura do evangélico aparece é o que será abordado na seção seguinte. As notícias que citaremos foram selecionadas por nos permitirem exemplificar as principais formas que identificamos sobre como esse segmento religioso está presente nos meios de comunicação. Para esta pesquisa, selecionamos exemplos pontuais de notícias, reportagens e colunas de opinião que contém a palavra “evangélicos” (ou “evangélico”, “evangélica”), seja na manchete ou somente no corpo do texto, para fazer uma primeira observação e classificação quanto às diferentes formas que esse segmento toma ao aparecer em jornais edições *online*. Essas publicações foram escolhidas com base em seu potencial de servir como

referência para ilustrar algumas das principais tendências observadas ao longo desta pesquisa, e como fontes de dados que demonstram alguns dos principais discursos relacionados ao segmento evangélico.

Na maioria das vezes, conforme observamos pelos resultados em que encontramos através dos mecanismos de busca dos portais online de jornais, os evangélicos são principalmente retratados no contexto de referências à Frente Parlamentar Evangélica, conhecida como Bancada Evangélica do Congresso. Uma vez que esse grupo é principalmente vinculado ao conservadorismo e à defesa de políticas da direita, essa é a principal maneira como o segmento de evangélicos aparece nos meios de comunicação.

A Bancada Evangélica, conhecida por tomar para si a denominação evangélica como forma de identificação política, apresenta uma visão fortemente restritiva do segmento e impõe como uma identificação necessária entre o cristianismo e o fundamentalismo. Ao não reconhecerem as pluralidades presentes entre os próprios evangélicos, arrogam para si um quase monopólio do termo “evangélico”, buscando defender seus ideais como única forma de interpretação evangélica, e causando uma identificação estereotípica de todo o segmento religioso com as suas posições, além de incentivar o fundamentalismo nos fieis de suas denominações. Abaixo, serão mostrados três exemplos de publicações em que essa representação do evangélico associado à direita está presente, identificando quais são os tipos de conservadorismo desse segmento representados em cada caso:

1) A notícia “Liderados por Malafaia, pastores convocam evangélicos para apoiar Bolsonaro no 7 de setembro”, de Anna Virginia Balloussier, publicada na Folha de S. Paulo em 24 de agosto de 2021, ilustra um dos aspectos mais retratados na mídia com relação aos evangélicos, que é o papel do segmento como base apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro (sem partido). De acordo com levantamento do Instituto Datafolha de 2018, a estimativa, baseada na intenção de voto declarada pelos eleitores antes das eleições de 2018, é de que cerca de 30% de quem votou em Bolsonaro era evangélico, o que, segundo Fonseca (2018), teve um peso decisivo para Bolsonaro ganhar.

Levantamentos do mesmo Instituto feitos em maio de 2021, porém, revelam que a pandemia e a crise econômica abalaram o apoio deste segmento ao presidente, mostrando que as intenções de voto de evangélicos para Lula e Bolsonaro para as

eleições de 2022 estavam à época praticamente empatadas (35% para Lula e 34% para Bolsonaro).

2) A notícia “Ministra Damares agiu para impedir aborto em criança de 10 anos”, de Carolina Vila Nova, publicada pela Folha de S. Paulo em 20 de setembro de 2020, ilustra mais um aspecto presente nos grupos evangélicos mais conservadores, a oposição ao aborto em todos os casos. A ministra Damares Alves, advogada e pastora batista, havia se mobilizado para tentar impedir o procedimento, mesmo que houvesse risco à vida da criança de dez anos. O Código Penal Brasileiro há mais de 80 anos prevê que é legalizado o aborto em casos de estupro, bem como quando é necessário para salvar a vida da mãe, por meio do Artigo 128 do Decreto de Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

Em 2020, além de Damares, houve manifestações em frente ao hospital onde a menina esteve internada, de grupos religiosos se posicionando contra a interrupção da gravidez. Apesar da associação de grupos evangélicos e católicos nesse posicionamento, uma pesquisa do Instituto Ibope de 2017 mostrou que, apesar dos fundamentalistas, a maioria, tanto entre católicos quanto evangélicos, é favorável à legalização do aborto, sendo 65% dos católicos e 59% dos evangélicos.

3) A notícia “Por que os evangélicos querem um ministro no Supremo? Entenda”, de Lauriberto Pompeu, publicada no Estado de S. Paulo em 30 de setembro de 2021, exemplifica uma característica já observada na introdução deste subtítulo: a recorrente utilização por parte dos grandes jornais do termo “evangélicos” como sinônimo para a Bancada Evangélica no Congresso, o que pode estar associado à tentativa de apropriação do termo “evangélicos” feita por esse grupo. Nesta notícia, o assunto é o apoio dos líderes políticos evangélicos dessa alta esfera à indicação de André Mendonça ao STF (Supremo Tribunal Federal), e não trata necessariamente sobre a população evangélica, mas sim sobre a Bancada. Mendonça, que é advogado e pastor presbiteriano, defende posicionamentos extremamente conservadores em suas redes sociais, chegando a ter afirmado no Twitter que faz parte da liberdade religiosa cristã “questionar” o “homossexualismo” (sic).

A oposição ao avanço dos direitos LGBTQIA+ é também um dos principais temas do fundamentalismo e que leva à manutenção de estereótipos que se associam a evangélicos, o que é justificado por posicionamentos públicos de diversos líderes do segmento nesse sentido. Mendonça é comumente chamado nos jornais também pela

alcunha de ‘terrivelmente evangélico’, referência a falas de Bolsonaro durante seu mandato de que indicaria um ministro ‘terrivelmente evangélico’ ao STF.

Um outro ponto de análise desta pesquisa será a presença dos evangélicos progressistas em veículos tradicionais de comunicação, em especial a da jornalista Magali Cunha. Evangélicos progressistas, como já foi mencionado, constituem grupos, igrejas com interpretações teológicas inclusivas, movimentos com atuação política, dentre outras associações de evangélicos que, em geral, divergem das interpretações conservadoras comumente associadas ao meio. Herdam características dos movimentos ecumênicos do século XX, fortemente vinculados a uma ética social e preocupação por reconhecer e amenizar as desigualdades. A seguir, serão observadas publicações que trazem essa abordagem progressista vinculada aos evangélicos.

1) A matéria “Teologia Negra é devolver Bíblia à origem social, os oprimidos”, de Camila Maciel, publicada pela Brasil de Fato em 30 de maio de 2021, traz uma entrevista com o Pastor Henrique Vieira. Pastor da Igreja Batista do Caminho e integrante do Movimento Negro Evangélico (MNE), Vieira tem ganhado destaque nas mídias digitais e tradicionais, já tendo cedido entrevistas a diversos programas da TV Globo e somando quase 490 mil seguidores no Instagram. Desde 2023, o pastor é Deputado Federal pelo PSOL-RJ (Partido Socialismo e Liberdade).

Uma das principais questões para as quais Vieira chama a atenção nesta entrevista para o Brasil de Fato é a necessidade de se observar os evangélicos sob uma ótica mais realista, fugindo às generalizações estereotípicas. O pastor aponta, na entrevista, para o fato de grande parte da crescente população evangélica brasileira ser composta por minorias, majoritariamente mulheres negras, o que é corroborado pelo Datafolha, que mostrou em 2020 que 58% de evangélicos são mulheres e 59% são negros. Vieira reconhece que o conservadorismo é prevalente na maioria das vertentes do segmento, e demonstra como a Teologia da Prosperidade, associada em discurso ao Neoliberalismo, pode causar uma sensação de ‘empoderamento’ em camadas sociais que foram historicamente oprimidas, uma vez que a doutrina as exorta a buscar sucesso pelo trabalho (desconsiderando, porém, elementos estruturantes da sociedade que tornam o mérito inviável) e as acolhe, o que pode explicar parte do apelo que leva ao crescimento das igrejas no país, o que caracteriza, segundo ele, uma complexidade.

Uma outra questão apontada por Vieira é a necessidade de combater o preconceito presente em muitas denominações evangélicas com relação às religiões de matriz africana, que são comumente interpretadas no segmento como sendo algo ‘maléfico’, o que reflete não só intolerância como também racismo, como foi exemplificado pela entrada de Vieira no desfile da Mangueira no Carnaval de 2020 como um Jesus Cristo negro, o que lhe rendeu críticas nas redes sociais por parte dos evangélicos conservadores, para os quais o Carnaval é uma festa pecaminosa. A presença recorrente de Vieira na mídia representa, portanto, um caso em que evangélicos aparecem de forma a romper com os estereótipos, uma vez que Vieira se alinha a movimentos de esquerda, principalmente no que tange ao avanço dos direitos dos grupos historicamente oprimidos e, além de seu ativismo, busca conscientizar sobre a importância de uma análise mais apurada sobre o meio evangélico.

2) A coluna “A fé e a ventania que derruba estátuas e estruturas”, de Magali Cunha, publicada em sua coluna chamada ‘Diálogos da Fé’ na Carta Capital, em 26 de maio de 2021, foi selecionada por exemplificar um caso de uma evangélica progressista (Cunha é membro da Igreja Metodista) que tem um espaço consistente num veículo de alcance nacional. No título escolhido, a jornalista relaciona a festa de Pentecostes, que, na tradição cristã, celebra um episódio em que o Espírito Santo, simbolizado por um vento impetuoso que trazia ‘línguas’ de fogo, desce sobre os apóstolos de Jesus Cristo 50 dias após a Páscoa, e os enche dos ‘dons do Espírito’, como a já citada glossolalia, presente nas igrejas pentecostais.

No texto, Cunha relaciona esse vento divino à ventania no Domingo de Pentecostes de 2021, dia 23 de maio, que derrubou a estátua de uma das lojas da Havan no Rio Grande do Sul, ironizando sobre a coincidência, uma vez que o dono da rede Havan, Luciano Hang, é apoiador de Bolsonaro. Além de subverter a associação do segmento evangélico como apoiador do ex-presidente, as colunas de Cunha trazem sempre reflexões sobre pontos em que as igrejas podem melhorar e buscar se engajar mais ativamente com questões prementes na sociedade, representando um espaço estável dos evangélicos progressistas na mídia de alcance nacional.

3) O texto “Por que o veto do STF a missões evangélicas em aldeias revolta conservadores”, de Ronilso Pacheco, publicado em sua coluna no UOL em 5 de outubro de 2021, representa, juntamente às colunas de Magali Cunha, mais um espaço consistente dos evangélicos progressistas em veículos grandes. Pacheco é

teólogo pela PUC-Rio e pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo. Uma das questões que aborda com frequência é a da luta antirracista nos meios evangélicos.

No título em questão, Pacheco questiona a revolta de lideranças evangélicas conservadoras por não poderem temporariamente, por conta de determinação do ministro do STF Luís Roberto Barroso, realizar seus trabalhos de evangelização de povos indígenas isolados, para evitar a transmissão da Covid-19. A crítica que o teólogo traz é de que, ao se revoltarem com uma medida razoável, que pouparia a saúde dos membros das tribos visitadas, essas lideranças conservadoras mostraram não se importar realmente com os indígenas, e sim que buscam promover a manutenção de uma lógica colonialista de evangelização.

Pacheco critica também o fato de a Frente Parlamentar Evangélica ter caracterizado a medida como “perseguição” religiosa e “anticristã”, posicionamentos que são questionados pelo teólogo por sua incoerência com o próprio cristianismo, uma vez que essas lideranças não demonstraram preocupação com a possível contaminação das comunidades indígenas por Covid-19. Por ser um evangélico num portal de alcance nacional que busca desafiar os ideais defendidos por grupos conservadores do segmento, a coluna de Pacheco integra também esta seção como evangélicos presentes na mídia em oposição ao fundamentalismo.

3 EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS: origens históricas e papel atual

Este capítulo busca compreender o pensamento por trás de movimentos teológicos ligados à esquerda, a partir de sua ênfase na transformação de realidades sociais concretas e no distanciamento político que adotaram com relação aos setores mais conservadores da religião, e se esses movimentos ainda influenciam os evangélicos progressistas atuais.

A teologia da libertação e o movimento ecumênico servem não somente para ilustrar a ligação histórica que já existiu e que, para grupos de cristãos progressistas atuais, ainda existe, entre as próprias ideias inerentes ao cristianismo e a busca por uma transformação das realidades sociais e políticas, mas também para demonstrar a pluralidade existente no segmento evangélico. Além disso, buscamos uma reconstrução histórica da força transformadora que os evangélicos já tiveram e que podem ainda hoje representar na sociedade.

É necessário, primeiramente, retomar a história protestante na América Latina para compreendermos por que grande parte dos evangélicos atuais se identifica com o conservadorismo. Os protestantismos na América Latina, conforme Bonino (1997), por terem influência histórica de vertentes religiosas norte-americanas, conservam em grande parte os ideais liberais estadunidenses. Bonino ressalta que muitas das denominações que chegaram à América Latina no século XX foram trazidas como resultado do trabalho de missionários norte-americanos.

Essas missões reproduziam noções dos protestantismos históricos, uma das quais é a criação de escolas por meio de missões e impulsionamento local de uma educação ligada às doutrinas religiosas. Esse tipo de ênfase na educação como uma forma de ‘melhoramento individual’ permite uma mentalidade que desconsidera as realidades sócio-políticas, com um enfoque na transformação espiritual em detrimento da ação política.

Bonino cita Rubem Alves (1971) que caracteriza essa forma de protestantismo como um “projeto utópico” na América Latina (BONINO, 1997). Essa ênfase dada por esses protestantismos ao desenvolvimento individual liberal é ineficaz, conforme Bonino, porque “tropeça em impossibilidades devido à estrutura social e à sua própria ambivalência, e acabou derrotada ou absorvida pelo modelo de capitalismo dependente” (BONINO, 1997, p. 17, tradução nossa).

Além disso, é necessário destacar que a maioria dos grupos evangélicos que possuem meios de comunicação de massa no Brasil se alinham a perspectivas marcadamente conservadoras. Segundo Freston (1993), em países europeus, por exemplo, o uso das televisões de alcance nacional é mais restrito, não deixando tanto espaço para emissoras religiosas do segmento evangélico, enquanto a América Latina segue o exemplo norte americano, no qual os sistemas de emissoras televisivas são mais orientados para o mercado.

A própria Rede Record, pertencente ao dirigente da Igreja Universal do Reino de Deus, marcada por uma teologia de caráter fortemente conservador, foi adquirida por compra, e não por concessão. Freston explica que “o imperativo de doutrinação ampla sempre levou o protestantismo teologicamente conservador a simplificar sua mensagem para poder usar os meios de comunicação de massas” (FRESTON, 1993, p. 135).

Freston frisa essa relação entre o aumento do uso da televisão no país e o crescimento e a popularização dos setores evangélicos presentes nesse meio de comunicação. Até a redemocratização do Brasil, em 1985, o meio de comunicação mais comum tinha sido o rádio, e a maior parte das emissoras de caráter religioso eram católicas.

Naquela mesma década, porém, a televisão passou a ocupar local de destaque nos lares brasileiros. De acordo com o Censo Nacional de 1980, 55% das 26,4 milhões de residências entrevistadas já tinham aparelhos de televisão, o que representa um crescimento de 1272% em relação a 1960.

Outro ponto é que nas igrejas católicas existia o debate sobre transmitir ou não atos sacramentais na televisão, enquanto as igrejas evangélicas não faziam restrições ao uso de meios mais impessoais para transmitir sua mensagem (FRESTON, 1993, p. 137). O autor explicita também essa abertura do público brasileiro às denominações evangélicas da seguinte forma:

O último fator facilitador do surgimento da televisão evangélica é a abertura cultural-religiosa. O investimento infraestrutural do regime militar foi aproveitado pelo setor privado leigo. A Igreja Católica perdeu espaço na produção cultural. A indústria cultural é a ‘maior concorrente até hoje (...) na luta pela conquista da imaginação e das lealdades dos brasileiros’ (apud Della Cava e Montero, 1991, p.24). É no bojo do descompasso da Igreja Católica diante dessas transformações que os protestantes ocupam espaços. (FRESTON, 1993, p. 136).

Esse momento da redemocratização foi também seguido por um crescimento da participação dos evangélicos na vida política, com a formação da Bancada Evangélica no início da década de 1990, fortemente ligada aos segmentos pentecostais conservadores. Essa projeção está, conforme Freston, profundamente ligada ao uso dos meios de comunicação:

A mídia evangélica é, também, meio de projetar-se na política, e a política é caminho para a posse dos meios de comunicação. A mídia facilmente se associa a atividade política, pela viabilização dos atores, pelo poder que dá aos detentores diante de líderes evangélicos que por várias razões (proselitismo, status ou negócios) desejam acesso a ela, e pela necessidade de respaldo político para os donos de concessões. (...) o que a relação entre protestantes e mídia demonstra é, em primeiro lugar, a força desta como registro do estilo de atuação de *seitas conversionistas* e como negócio importante no crescente mercado evangélico e, em segundo lugar, o vínculo íntimo entre mídia e política no Brasil e a integração dos evangélicos nesta cultura política. (FRESTON, 1993, p. 146 e 147).

Desde a década de 1960, grupos de cristãos progressistas no Brasil já se articulavam, amparados por movimentos como a Teologia da Libertação, para tentar se contrapor aos ideais do cristianismo conservador presentes massivamente nos meios de comunicação e na política.

Após a criação da Bancada Evangélica, porém, a influência do cristianismo conservador na política ganhou muita força. Em entrevista concedida a Cunha e Moura (2021), o pastor Ariovaldo Ramos, que integrou o Movimento Progressista Evangélico na década de 1990, afirma que foi nesse período que os evangélicos de esquerda perceberam a indispensabilidade de se integrar no meio político partidário como forma de disputar as narrativas.

Ramos participou ainda da fundação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, em 2016, que busca apoiar e dar formação aos evangélicos progressistas que querem se inserir na política. Ramos, assim como muitas iniciativas de evangélicos contemporâneos alinhados à esquerda, foi inspirado pelos movimentos e teologias da segunda metade do século XX, sobre os quais discorreremos no próximo subtítulo.

3.1. HISTÓRICO DE MOVIMENTOS ECUMÊNICOS NO BRASIL

Conforme Dias (2010), o termo “ecumênico” tem origem na palavra grega *oikoumene*, que pertence a uma classe de palavras que servem para designar uma morada ou casa, sendo um termo usado para se referir ao mundo habitado. Dias pontua que o vocábulo era usado no contexto da Grécia Antiga para nomear a realidade do mundo grego helenizado, tendo o seu sentido primariamente ligado a designar essa localidade geográfica.

A helenização, porém, implantada por Alexandre Magno em diversas culturas, criou um novo sentido para a palavra, um que passou a abarcar a noção de uma diversidade cultural de povos. Dias cita o trabalho de Santa Ana (1987) para exemplificar a mudança do significado:

O helenismo trouxe consigo, entre o século III a.C. e o período durante o qual Roma dominou o mundo mediterrâneo, o conceito de um indivíduo cosmopolita como representante da verdadeira humanidade. Separado de suas raízes locais, pode chegar a abarcar a totalidade do universo. Surgiu assim a oposição entre helênico e bárbaro, entre civilizado e inculto; a princípio o mundo da cultura correspondeu à *oikoumene*. A ignorância, a barbárie, começavam além das fronteiras do mundo habitado. (SANTA ANA, 1987, p. 18, apud DIAS, 2010, p. 132).

A palavra aparece com o sentido de designar a amplitude do império romano no Novo Testamento. Segundo Dias, *oikoumene* aparece em quinze passagens, designando tanto o sentido de mundo da cultura helênica quanto para nomear a própria dominação romana. A partir do século IV, o termo passa a ser usado na literatura eclesiástica católica para designar doutrinas e usos que possuíam validade aprovada pela Igreja Católica.

É a partir do século XVII, porém, que a dimensão religiosa da palavra se torna mais próxima do sentido atual. Após a Reforma Protestante, em 1517, foram acirrados os conflitos entre diferentes denominações e interpretações do cristianismo na Europa. Dias (2010) cita Santa Ana (1987) para demonstrar o primeiro uso da palavra “ecumênico” com o sentido atual de colaboração entre diferentes vertentes religiosas. O filósofo luterano Gottfried Leibniz, em correspondências que manteve a partir de 1691 com o bispo Bossuet, de Meux, pedia pela criação de uma igreja de caráter universal que aceitasse as diferentes linguagens do cristianismo. Santa Ana afirma

que “foi através desta correspondência que a palavra ecumênico chegou a adquirir sua dimensão religiosa como indicação da universalidade do Cristianismo e, portanto, da própria fé e da Igreja de Cristo.” (SANTA ANA, 1987, p. 22, apud DIAS, 2010, p. 133).

A partir do século XIX, as igrejas protestantes passaram a esboçar tentativas de uma articulação universal, como a descrita por Leibniz, e que no século XX passou a englobar Igrejas Ortodoxas e a Igreja Católica. A ideia era desenvolver atividades conjuntas e colaborativas entre as diferentes denominações, tendo em vista, conforme Dias, os eixos da missão, ação e doutrina, considerados essenciais para a vida das igrejas. A perspectiva ecumênica surge também como resultado da busca de missionários por uma unidade em seus propósitos, e foi tema de conferências missionárias mundiais a partir de 1900, levando à criação do Conselho Missionário Internacional (CMI) em 1928.

Apesar das origens do termo e da lógica doutrinadora missionária que o utilizava, a palavra “ecumênico” passou a ser sinônimo da cooperação entre as igrejas em prol de um cristianismo prático e, principalmente a partir da segunda metade do século XX, relacionado à ação social voltada à mudança de realidades opressoras.

No segmento evangélico, uma das primeiras figuras à qual se pode atribuir uma espécie de mudança teológica progressista no Brasil ligada à formação do ecumenismo brasileiro, é a do presbiteriano Erasmo Braga, que em 1916 discursou no Congresso do Panamá (que consistiu num diálogo ecumênico entre protestantes que buscavam analisar as particularidades do protestantismo na América Latina) sobre a necessidade de os evangélicos se distanciarem do modelo protestante individualista norte-americano. Num Congresso ecumenista de Havana, em 1929, presidido por Braga, foi discutida a necessidade de ação social e de “uma ‘latino-americanização’ do protestantismo no continente. Eles observaram os perigos trazidos pelo controle norte-americano das igrejas latino-americanas” (BARRETO JR. 2010, p. 284).

Conforme Barreto Jr., porém, apesar de frisar que o sectarismo das diferentes denominações e o individualismo precisavam ser superados pelas igrejas para melhor atender às realidades sociais brasileiras, Braga não tinha como ponto de partida a perspectiva da luta de classes, estando mais alinhado aos ideais iluministas franceses. Sua contribuição, porém, no âmbito do ecumenismo protestante, foi propagar a cooperação entre evangélicos de países latino-americanos e a importância

de uma não-dependência dos ideais norte-americanos para as práticas e teologias evangélicas.

Já em 1934, inspirada nos esforços iniciados por Braga, foi fundada a Confederação Evangélica no Brasil (CEB), organização que pretendia representar os interesses protestantes no país. Segundo o documento de fundação da CEB, citado por Barreto Jr. (2010), a entidade propunha parcerias com o governo brasileiro visando à criação de projetos sociais, e versava sobre assuntos como a reforma agrária, educação e campanhas para atendimento de refugiados e pessoas em situações de emergência.

Em poucos anos, porém, o órgão passou a sofrer de conflitos internos e externos, com o surgimento de associações de caráter fundamentalista. Barreto Jr. aponta que com o advento da Guerra Fria, os ecumenistas passaram a ser associados ao comunismo e combatidos por movimentos fundamentalistas.

Apesar da oposição, nas décadas seguintes as bases dos movimentos ecumênicos foram se solidificando ainda mais. Em 1940 foi criado o Movimento Estudantil Cristão e, em 1955, o Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) da CEB, ambas organizações das quais participavam jovens líderes evangélicos militantes em movimentos sociais e políticos de esquerda. Segundo Barreto Jr., estes jovens, “juntamente com parceiros católicos, criaram o *ethos* a partir do qual a Teologia da Libertação viria a nascer no final dos anos 1960” (BARRETO JR., 2010, p. 289).

Nesse contexto teve início o movimento ecumênico no Brasil e na América Latina, que começa a se articular na década de 1950, e o movimento ecumênico internacional que, segundo Dias (2010), foi inspirado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organização fundada em 1948 com o intuito de buscar uma unidade cristã focada na atuação ecumênica engajada com os problemas sociais.

No âmbito protestante, uma figura marcante e que também serviu como base para a articulação do que viria a ser a Teologia da Libertação é o teólogo presbiteriano ecumênico Richard Shaull, norte-americano que atuou no Brasil entre os anos 1952 e 1962. Segundo Huff Júnior (2012), nesse período Shaull se familiarizou com o movimento ecumênico brasileiro e passou por um processo de radicalização e alinhamento a uma teologia que dialogava com o marxismo, que ele via como meio de atingir uma sociedade mais justa.

Em terras brasileiras, “Shaull viu-se desafiado a pensar, cada vez mais, a partir da prática e das interações sociais, a questão premente entre os estudantes: a revolução.” (HUFF JR., 2012, p. 64). O teólogo passou a defender a ideia de que, uma vez que o contexto brasileiro pedia por uma revolução, os cristãos deveriam se inserir nela, apoiados por uma teologia que a fundamentava com sentido. Enquanto lecionava no Seminário de Campinas, Shaull participou de uma série de conferências, de 1955 a 1962, nas quais defendia o papel do cristianismo no processo revolucionário, e colaborou também para a formação da organização Iglesia y Sociedad en America Latina (ISAL), que propagava os mesmos ideais em todo o continente.

As alas conservadoras eclesiais, porém, iam ganhando muito espaço na política e tentando cada vez mais desarticular o protestantismo progressista. Conforme Huff Júnior, após conflitos no Seminário de Campinas e com a Igreja Presbiteriana do Brasil, em 1962 Shaull retornou aos Estados Unidos e ficou proibido de voltar ao Brasil até o fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985.

Sua contribuição, porém, foi a da defesa de uma teologia pautada necessariamente nas lutas diárias e concretas, de um cristianismo ocupado em se inserir na história material das classes oprimidas, e não apenas sob uma perspectiva espiritual. Foi ao defender essa “revolução teológica” ligada à Teologia da Libertação que Shaull serviu de inspiração para o teólogo Rubem Alves, que havia sido um dos estudantes com quem Shaull teve contato no Brasil a partir de movimentos estudantis.

A Teologia da Libertação foi um movimento primariamente católico que, com grande atuação nas décadas de 1960 e 1970, buscava enfatizar a necessidade de mudanças sociais na América Latina por meio de um cristianismo comprometido com a realidade das classes sociais mais oprimidas. Segundo Ribeiro (2020), esse movimento buscava responder tanto às desigualdades agravadas na época por uma rápida urbanização e industrialização, que aumentavam os sofrimentos vividos pela classe trabalhadora urbana, quanto à intensificação da pobreza no campo, exacerbados na época pré-Ditadura Civil-Militar no Brasil.

As transformações na Igreja Católica propiciadas pelo Concílio Vaticano II, de 1961, assim como pela Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, de 1968, chamaram a atenção para a indispensabilidade de ações voltadas para o enfrentamento das necessidades específicas daquela época. Conforme Ribeiro (2020, p. 181), a partir de grupos como a Juventude Operária Católica (JOC), a

Juventude Universitária Católica (JUC), e a Juventude Estudantil Católica (JEC), além das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da criação das pastorais especializadas, como a Pastoral Operária e a Pastoral da Terra, foi possível para diversos segmentos da hierarquia eclesiástica católica e de membros leigos se posicionarem no que chamaram de ‘opção preferencial pelos pobres’.

Essa vertente influenciou grupos ecumênicos e colaborativos entre os diferentes segmentos do cristianismo, e teve também adesão de lideranças evangélicas que foram por ela inspiradas, como o teólogo presbiteriano Rubem Alves. Apesar da base católica destas organizações, segundo Frazão (2024) o termo “Teologia da Libertação” foi cunhado pela primeira vez por Rubem Alves. Em 1968, o teólogo foi levado a se exilar nos Estados Unidos, perseguido pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), onde escreveu sua tese de doutorado no Seminário Teológico de Princeton, intitulada “Por uma Teologia da Libertação” (*Towards a Theology of Liberation*, 1968). De acordo com Gill (2014), a expressão Teologia da Libertação já era na mesma época também usada pelo teólogo católico peruano Gustavo Gutierrez, com quem Alves teve contato em 1969. Segundo Leonardo Boff (2006), teólogo católico e expoente do movimento no Brasil, a teologia da libertação é necessária para combater uma realidade permeada de opressões. Ele descreve:

Muitos teólogos começaram a ter um pé na miséria e outro na faculdade e tentaram articular evangelho e miséria, de onde nasceu a ideia de libertação e a teologia da libertação. Mais que tudo, essa mudança de lugar social significou um encontro profundo e verdadeiro com o Jesus histórico, que foi pobre e não tinha onde repousar a cabeça. Representou também uma comunhão mais íntima e profunda com o Deus da ternura dos humildes e o Deus do direito dos injustiçados, mensagem central dos profetas. (BOFF, 2006, p. 70).

Conforme Boff (2006), a teologia da libertação foi influenciada culturalmente por movimentos revolucionários das décadas de 1950 e 60, época marcada pelo acirramento da luta de classes e, conseqüentemente, por tentativas crescentes de confronto às desigualdades complicadas pelo capitalismo moderno. O Concílio Vaticano II, de 1961, também clamava por uma abertura maior da Igreja para o mundo, com um olhar para as realidades concretas e os problemas enfrentados pelos grupos oprimidos. Com esse intuito, foram criadas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e as pastorais sociais que, na América Latina, tiveram atuação pedagógica e política aliada às lutas da classe trabalhadora.

(...) o trabalho começou a predominar sobre o cuidado - trabalho feito como frenética busca de eficácia, como afã nervoso de produção e ânsia incontida de dominação das forças da natureza. Essa corrida se acelerou enormemente com a implantação, nos três últimos séculos, do processo industrialista que tomou conta de toda a Terra. Estabeleceu uma verdadeira ditadura do trabalho-produção e do trabalho-intervenção em todos os processos da natureza. (BOFF, 2006, p. 75).

As bases da Teologia da Libertação, portanto, estavam pautadas nas vivências “de comunidades pobres no mundo rural, especialmente de pequenos lavradores, e as práticas dos sindicatos de trabalhadores, no contexto urbano.” (RIBEIRO, 2020, p.181). A experiência durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil tornou necessário articular ações em prol da reforma agrária, uma vez que a opressão de latifundiários sobre pequenos trabalhadores rurais tornava-se mais acirrada, no contexto da industrialização no campo e fortalecimento do agronegócio, privilegiado pelo regime. Já na cidade, as lutas sindicais da classe trabalhadora frente às condições injustas de trabalho agravadas pela ditadura também demandavam atenção das igrejas, conforme pontuado por Boff.

3.2. O LEGADO DE RUBEM ALVES NO MOVIMENTO ECUMÊNICO

De acordo com Campos e Mariani (2019) a religião pode servir tanto como um mecanismo de explicação do mundo que tolhe e reprime as mentes e corpos dos participantes, quanto como um instrumento de libertação, que permite transformar as estruturas sociais. Tal argumento corrobora o que Rubem Alves define como as potencialidades da religião, à qual ele classifica por linguagem, ao dizer que o ser humano fornece um sentido para o mundo por meio dela, e pontua que esta “o mantém sob controle dos valores e esperanças criadas pelo homem.” (ALVES, 2019, p. 138).

Para Reblin (2014), a religião é uma tentativa não só de conferir sentido à vida em meio às preocupações, dores e decepções cotidianas com a realidade dada, mas também de esperar um ordenamento de coisas produzido pelo amor, como contraponto à inclemência da vida, tentativa em que a cultura fracassa. Ele cita Rubem Alves que exemplifica: “A cultura parece sofrer da mesma fraqueza de que sofrem os rituais mágicos: reconhecemos sua intenção, constatamos seu fracasso e sobra

apenas a esperança de que, de alguma forma, algum dia, a realidade se harmonize com o desejo.” (ALVES, 2005b, p. 23, apud REBLIN, 2014, p. 118).

Assim, os símbolos religiosos cumprem um papel de testemunhar um “mundo ausente” (Reblin, 2014), servindo como corroboradores daquilo a que se aspira: a um mundo com sentido e no qual o ser humano possa se sentir amado. O que Alves defende é a ideia de que esses símbolos que ecoam o mundo ausente não estão fora do mundo material, mas sim que são elementos da própria realidade, agora ressignificados por uma visão de mundo que os transforma metaforicamente, servindo para trazer esperanças:

Nesse sentido, os símbolos são a expressão da recusa e do protesto humanos em aceitar a realidade como ela se apresenta a ele. (...) Em outras palavras: a religião é a forma simbólica com que se expressam as relações existenciais entre o ser humano e seu mundo. Não é naturalmente uma pura fantasia na mente do ser humano, mas expressa a situação real em que se seguirá até o final da história. Para Rubem Alves, a religião não é um devaneio humano, mas uma “tomada de consciência”. (ALVES, 1973b, p. 82 e 84, apud REBLIN, 2014, p. 122, tradução de Reblin).

É a partir da transformação desse horizonte de sentidos que Rubem Alves reitera a Teologia da Libertação. Alves retoma a visão de Shaul de que a teologia precisava buscar novos caminhos naquele contexto histórico para se relacionar materialmente com a realidade da época. Uma vez que os problemas de cada época são, conforme Alves (em tradução de 2019), qualitativamente novos, os problemas de uma época não poderiam ser resolvidos a partir das soluções criadas em outros tempos. Ele classifica a linguagem teológica como indicadora do modo de agir dos cristãos, e aponta que “junto com todas as prescrições antigas, as linguagens da teologia tradicional estão em crise porque elas não sabem como lidar com os ingredientes que o mundo atual oferece.” (ALVES, 2019, p. 137).

O teólogo faz uma distinção entre a linguagem bíblica, de origem hebraica, e a busca por uma verdade teórica, a-histórica, que ele classifica como grega. Para Alves (2019), a práxis participa na própria construção da verdade de forma concreta. Ele assinala que para os hebreus, a forma de compreender o mundo estava ligada à história da própria comunidade, e dos eventos históricos nos quais ela estava envolvida, entendendo os atos como anteriores às palavras. O autor compreende esta ênfase na práxis como uma resposta mais adequada para a interpretação do mundo

que a dos gregos, e critica a hermenêutica existencialista por esta retomar a busca por uma resposta teórica fora da realidade concreta.

Alves classifica a religião como uma linguagem criada pela humanidade, a partir da qual são elaboradas as preocupações últimas de uma comunidade e suas soluções. A teologia tem, portanto, um “horizonte histórico concreto que determina sua estrutura e conteúdo.(...) Quando tentamos modificar uma linguagem estamos, de fato, envolvidos em uma mudança social, porque a linguagem é a ‘memória’ de um grupo social.” (ALVES, 2019, p. 138 e 140).

A teologia precisaria, portanto, expressar as lutas, as preocupações concretas de um grupo social e histórico, e deve responder às demandas e servir para efetivamente resolver os problemas enfrentados pela comunidade. A amizade de Alves com o educador Paulo Freire o permitiu delinear uma pedagogia teológica que observa o mundo a partir da linguagem do oprimido, à luz das realidades específicas da América Latina, conforme Almeida (2021), “pois somente a partir desta leitura saber-se-ia negar a presente realidade e propor formas de esperança aos excluídos do atual sistema.” (ALMEIDA, 2021, p. 72 e 73).

Rubem Alves estabelece que a nova linguagem da teologia precisa, portanto, considerar os elementos simbólicos de construção de mundo das comunidades oprimidas socialmente. A solução proposta é difundir na vida dos cristãos de seu tempo uma nova linguagem denominada de “Teopoética”, que introduz o “elemento simbólico-poético e lúdico como tradução das concepções teológicas fundamentais da fé”. (RIBEIRO, 2020, p. 179).

Tendo em vista a convicção de Alves de que a teologia devia ser escrita a partir da realidade e das vivências concretas, a teopoética valoriza o âmbito corporal do ser humano, incluindo reflexões sobre experiências sensoriais, sexualidade e sobre a teologia como linguagem em prol da liberação também nessa área da experiência humana, posto que a atuação da Igreja precisaria necessariamente visar o bem estar integral do ser humano. A literatura composta por Alves pode ilustrar como funciona a teopoética e seu enfoque na criação de uma teologia amparada na concretude e na comunhão ecumênica:

Ninguém ceia sozinho. Há um partir, um distribuir, mãos que se tocam, olhares que se encontram. (...) Jesus e os discípulos comendo o pão e bebendo o vinho, respiravam o mesmo ar: corpos ali, colados uns nos outros; (...) Come-se a ceia, surge a mágica, os fios invisíveis da

saudade e da espera são lançados e, a partir dali, dão-se as mãos os homens e as mulheres que têm, nos olhos, aquela marca triste-alegre da saudade e da esperança. (...) É assim a comunidade dos cristãos, esta coisa que se chama igreja: juntos, conspirando, mãos dadas, comem o pão, bebem o vinho e sentem uma saudade/esperança sem fim... (ALVES, 1984, p.13).

As bases que levaram Alves a compreender a teologia como uma experiência que deveria buscar ser intrinsecamente libertadora são encontradas nos próprios elementos do cristianismo. Isso porque o teólogo não defendia o esquecimento de toda a linguagem antiga para a criação de uma nova, mas sim buscar na antiga aquilo que ainda serve para o tempo atual e que pode ser útil para transformá-lo. Ele aponta que “Nas instituições a memória das soluções passadas é preservada. Na verdade, é possível dizer que as instituições são a memória inconsciente da sociedade.” (ALVES, 1982a, p. 40 e 41, apud RIBEIRO, 2020, p. 184).

Alves alerta ainda para a necessidade de filtrar os mecanismos e interpretações da realidade providos pelas instituições para evitar que estes possam se tornar obstáculos ao bem estar-humano e repressão, mas para usar os elementos que ainda fazem sentido. Ribeiro (2020) lembra que um ponto comum às denominações cristãs católicas e protestantes e que se encaixa na visão de Alves de uma teologia libertadora é o da graça que Deus dá a seus fiéis de terem liberdade em Cristo.

Outro instrumento mais ligado ao protestantismo é a da radicalidade da graça, a qual nenhuma ação humana é capaz de angariar, mas que é dada por Deus gratuitamente, uma vez que os protestantes creem que não podem salvar a si mesmos e nem ganhar a graça de Deus por meio de suas ações. É a essência dessa doutrina que leva Rubem Alves à compreensão do cristianismo como forma de atingir a liberdade em todos os âmbitos. Além desses pontos, Ribeiro elenca também, como norteadores da compreensão de Alves, a noção de “sacerdócio universal”, segundo a qual os fiéis leigos também têm um papel importante no exercício da missão cristã e na manutenção da igreja, além da ideia de que o protestantismo deve ser constantemente reformado, uma vez que nasce de uma reforma. Ribeiro cita Alves para corroborar a categorização:

O protestantismo tem temas esquecidos, peças empoeiradas, que ninguém mais sabe usar, mas que poderiam ser tiradas das sombras: A liberdade (foi com este tema que a Reforma se iniciou) (...) A fé,

confiança – ninguém é salvo pela ortodoxia, mas pela simples confiança em Deus, de modo que os protestantes deveriam se sentir livres para as mais loucas aventuras do pensamento (...) sabendo que heresia e ortodoxia são palavras do vocabulário dos fortes, mas não do vocabulário de Deus... E a teimosia profética, que denuncia todas as formas de opressão e absolutismo. (ALVES, 1982a, p. 37, apud RIBEIRO, 2020, p. 184).

No intuito de estabelecer a teopoética como nova linguagem teológica é que Rubem Alves se aproxima da pedagogia de Paulo Freire. Ao centralizar as vivências de grupos marginalizados socialmente como as bases para essa nova linguagem, Alves incorpora a literatura e a poesia em seus textos teológicos, combinando poesia e teologia em uma mesma expressão simbólica.

Em suas crônicas e textos lúdicos, a linguagem filosófica teórica dá lugar à contação de histórias, à valorização das vivências no processo do aprendizado e como fontes de saber, inclusive teológico. Assim como Freire, Alves questiona e busca superar a hierarquia estabelecida dentro das escolas, em que o professor se apresenta como detentor de todo o saber e o aluno como receptor, e o impedimento que essa dinâmica traz para as mudanças sociais. Como pontua Freire, “A educação, (...) implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.” (FREIRE, 1979, p.14).

A educação, para Rubem Alves, também pode ser beneficiada pela experiência da corporeidade. Assim como a nova linguagem teológica, a educação deveria ser um meio de melhor explicar e servir às necessidades de uma comunidade, e a dimensão do corpo, sua mediação com a natureza e interação com outros corpos, fazem parte da integralidade da vida e são também fonte de conhecimentos importantes.

Alves defendia uma teologia que permitia uma reconciliação com os corpos, tão cerceados e negados pelas teologias mais conservadoras. Portanto, por meio da teopoética, Alves argumenta que essa dimensão deveria estar presente também nas reflexões teológicas e na educação. Ele defende que por meio dessa relação pedagógica de libertação, todos os cristãos pudessem buscar essa nova linguagem teológica própria das realidades de seu tempo:

O corpo é sábio. O corpo é educador por graça, de nascimento. Não precisa de aulas de pedagogia.
(...)

a teologia se desnudaria como coisa humana que qualquer um poderia fazer, se sentisse o fascínio dos símbolos, o amor pelo tema, e tivesse a imaginação sem a qual os pés não se despregam da terra (...) E o teólogo se redescobriria, não mais vestido com as cores fulgurantes dos que estão em cima, mas na tranquila nudez daqueles que, como os demais, andam pelos caminhos comuns da existência. (ALVES, 2014, p. 78, e ALVES, 1982b, p. 29, apud RIBEIRO, 2020, p. 190-191).

Alves entende, portanto, que a teologia e a educação vistas por essa ótica levariam as pessoas a um descobrimento mais aprofundado das próprias capacidades criativas, além de reencontrar-se com os próprios corpos. Esse é um dos pontos da teopoética de Rubem Alves que pode ser resgatado nos dias atuais no âmbito das discussões sobre gênero, identidade e como forma de combater as opressões que os fundamentalismos religiosos impõem a grupos que ainda são oprimidos na sociedade contemporânea.

Conforme Ribeiro, apesar de Rubem Alves não ter escritos especificamente voltados a temáticas feministas ou sobre as lutas da comunidade LGBTQIA+, é possível utilizar o trabalho do teólogo para defender teologias mais tolerantes também nestes âmbitos, sendo o trabalho de Alves até os dias de hoje útil para respaldar teologicamente diversas lutas de evangélicos progressistas.

É a partir dessas perspectivas que Alves pautou sua atuação no Movimento Ecumênico. Além de ajudar a propagar uma ética social cristã inspirada pela Teologia da Libertação, o teólogo, segundo Gill (2014), contribuiu para delinear a área da formação ecumênica em instituições de ensino de teologia, além de auxiliar a implantação de programas do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), da Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (Fumec), da qual Richard Shaull fora presidente entre 1968 e 1972, e da Sodepax (Sociedade, Desenvolvimento, Paz - *Société, Développement, Paix*), organização de caráter ecumênico estabelecida em 1968 que tinha o intuito de promover justiça e paz por meio da educação. Participou também de diversos simpósios e conferências de órgãos ecumênicos, além de colaborar para a criação do programa de educação da CMI, coordenado por Paulo Freire.

Em seus últimos anos de vida, o teólogo atuou como professor na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), escritor e psicanalista, e faleceu em 2014. De acordo com Almeida (2021), a contribuição de Alves inclui ainda um enfoque num olhar especializado para a teologia na América Latina, “caracterizada, sobretudo, pela

ruptura feita das chamadas reflexões periféricas em relação às culturas filosóficas e teológicas de centro (europeias e americanas).” (ALMEIDA, 2021, p. 72). Envolvido na sistematização da Teologia da Libertação, Rubem Alves defendeu uma forma de olhar para a teologia a partir das ciências sociais e da psicologia, exortando as sociedades ecumênicas para uma esperança de mudança social, partindo da linguagem dos oprimidos na busca pela libertação. O trabalho do presbiteriano continua inspirando e orientando a prática de cristãos progressistas contemporâneos.

4 CONTEÚDO E DISCURSO: uma análise a partir de coluna de Magali Cunha

Para sistematizar as informações reunidas neste trabalho e investigar a presença de evangélicos progressistas na mídia brasileira será necessário utilizar a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise de Discurso (AD). Serão apresentados neste capítulo um panorama histórico, as principais definições destas metodologias e como são usadas no âmbito da Comunicação. Será também exposto o processo de aplicação de cada uma neste trabalho, tanto na organização das informações acerca da representação de evangélicos progressistas na mídia, quanto nas inferências e interpretações que poderão ser feitas a partir da análise dos materiais.

Segundo Laurence Bardin (1977) a Análise de Conteúdo é utilizada desde o início do século XX como método de sistematização de informações que vai além de uma simples leitura dos conteúdos. Nos Estados Unidos, ela começa a ser aplicada à imprensa em pesquisas de caráter quantitativo pelo cientista político H. Lasswell. As principais contribuições de Lasswell foram no estudo da imprensa e da propaganda. De acordo com Bardin (1977), ao longo da Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, a metodologia continua sendo usada, principalmente no estudo de símbolos políticos, com o intuito de identificar a presença de ideologias políticas consideradas subversivas em jornais e demais publicações.

De acordo com William da Fonseca Júnior (2006), ainda na primeira metade do século XX, a análise de conteúdo passa também a ser usada em campos como os da psicologia, das ciências sociais e da história, e é, segundo Bardin (1977), influenciada pelas descrições de B. Berelson e P. Lazarsfeld, segundo os quais (*apud* Bardin, 1977, p.19): “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Esse foco inicial em uma descrição quantitativa, que marcou o começo da análise de conteúdo como metodologia é, segundo Fonseca Júnior (2006) herança do pensamento positivista. A partir da década de 1950, porém, a análise de conteúdo começa a ser usada não somente como uma análise descritiva, pois passa a ter como objetivo a inferência (BARDIN, 1977). Bardin descreve esta inferência como algo que “se realize tendo por base indicadores de frequência, ou (...) de indicadores combinados. (...) a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou

até aos efeitos das características (...).” (BARDIN, 1977, p.22). A partir disso, Bardin expande a definição da metodologia deste modo:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicações muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 1977, p.31)

A finalidade da análise de conteúdo, quando se utiliza a inferência, é descrita por Bardin como “(...) efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens”. (BARDIN, 1977, p. 42). O papel do contexto das comunicações na análise do conteúdo é explicado por Klaus Krippendorf (2004) da seguinte maneira:

O analista deve, com efeito, construir um mundo no qual os textos façam sentido e possam responder às perguntas da pesquisa. O contexto transforma dados perceptíveis em textos legíveis e serve como justificativa conceitual para interpretações razoáveis, inclusive para os resultados da análise de conteúdo. (KRIPPENDORF, 2004, p.24, tradução nossa)

Bardin elenca as etapas da análise de conteúdo como “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p.95). Segundo Bardin (1977), na pré-análise, é estabelecido o que Bardin chama de “leitura flutuante”, fase que consiste num primeiro contato com leituras e familiarização com o tema, e é seguida da escolha dos documentos, da formulação de hipóteses e objetivos, referenciação de índices (organização sistemática com indicadores) e a preparação do material, que são edições ou outros tratamentos que se façam necessários de acordo com a natureza dos documentos. Para a nossa pesquisa, será necessário aplicar principalmente a análise de conteúdo qualitativa dos dados levantados. Madalena Matos (2006), sobre o trabalho de Isabel Guerra (2006), faz a seguinte distinção entre conteúdos que podem ser analisados de maneira quantitativa e os que requerem a forma qualitativa:

Dados quantitativos são aqueles que assumem uma forma numérica e, por natureza, só podem ser trabalhados no âmbito de “técnicas

quantitativas”, sendo mais comuns as técnicas estatísticas baseadas nos conceitos de frequência e probabilidade. Dados qualitativos são os que assumem uma forma não numérica e, como tal, não são passíveis deste tipo de tratamento. (MATOS, 2006, p. 205)

Dada a natureza deste trabalho, portanto, os materiais recolhidos serão tratados tanto pelo viés quantitativo quanto de maneira que ultrapasse a simples descrição, sendo analisados qualitativamente. Num momento inicial, identificamos exemplos que ilustram algumas das principais formas segundo as quais os evangélicos aparecem nos meios de comunicação, e identificamos alguns dos discursos comumente associados a esse segmento.

Além da Análise do Conteúdo, empregaremos também alguns elementos da Análise do Discurso (AD) aplicada à área da Comunicação, principalmente para interpretar as posições defendidas pelos diversos grupos de evangélicos que serão observados. De acordo com Benetti (2016) a linguagem é um dos objetos empíricos que podem ser interpretados à luz da AD.

Pautando-se na AD de linha francesa como método de pesquisa, Benetti retoma o conceito de Bakhtin sobre o dialogismo na linguagem. Uma vez que as expressões de linguagem são dirigidas a alguém, na tentativa de comunicar algo, a linguagem é para Bakhtin um mecanismo intrinsecamente dialógico, pois traz em si um intuito de interação. Benetti (2016) aponta que o dialogismo, portanto, está presente tanto na relação entre sujeitos (intersubjetividade) como na relação entre discursos (interdiscursividade).

Na Análise do Discurso, o texto é compreendido a partir de seu potencial em estabelecer uma interação. Todo texto foi produzido por um sujeito que busca comunicar-se e, ao ser recebido por um leitor, será por ele interpretado. Essa interpretação e produção de sentido, porém, não é fixa, uma vez que o leitor também é um sujeito, que a partir de suas vivências e concepções de mundo pode entender o texto de maneira diversa à de outro leitor, ou até mesmo diversa daquilo que o próprio autor buscava comunicar.

Dessa forma, estabelece-se na leitura de um texto uma relação de interlocução. Benetti retoma a explicação de Pêcheux para explicitar que o efeito de sentidos é construído a partir do lugar que cada parte da interlocução (o autor do texto e o leitor) ocupa nessa relação, mas que, no momento da construção de sentido do texto, essa relação é transformada. Ela exemplifica ao citar Pêcheux que “o que

funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1990, p. 82, grifos do autor, apud BENETTI, 2016, p. 237). Ou seja, os interlocutores, ao produzir o enunciado, trazem algo do lugar a partir do qual enunciam, e ao interpretá-lo, também o fazem a partir de um lugar que ocupam, e que está estabelecido anteriormente.

Benetti retoma o trabalho de Orlandi (1993) para demonstrar que o escritor de um texto, ao redigi-lo, imagina um leitor hipotético, que já está presente simbolicamente no texto antes mesmo de este ser lido por um leitor concreto. No momento da leitura, é estabelecido, portanto, um “jogo existente entre o leitor virtual e o leitor real.” (ORLANDI, 1993, p.9, apud Benetti, 2016, p. 238). É a partir desse conceito que a leitura de um texto é também uma interação entre sujeitos, e não apenas entre leitor e texto.

Nesse sentido, por meio da Análise do Discurso é possível compreender que existe esse relacionamento entre interlocutores, mas que os sujeitos dessa interação não são independentes, pois já trazem consigo a herança de processos históricos e discursivos anteriores, presentes no lugar onde estão posicionados. A autora menciona Foucault (1996), segundo o qual a própria formação da subjetividade dos interlocutores está pautada em um momento histórico e é influenciada pela conjuntura sócio-cultural de uma época, à qual os discursos também estão submetidos.

As ideias apresentadas em um texto são marcadas por esses discursos anteriores, independentemente de os interlocutores perceberem essa relação. Benetti faz menção a Pêcheux que aponta também para outro aspecto do qual o sujeito não se dá conta ao enunciar, pois “o sujeito apaga a noção de que seu discurso é resultado da escolha de determinadas estratégias e sua enunciação poderia ser outra se tivesse escolhido dizer aquilo, e não isto.” (BENETTI, 2016, p. 239).

Um texto, portanto, apesar de trazer potencialidades de interpretações, baseadas no que o autor imagina comunicar, não encerra em si mesmo um sentido intrínseco. É a partir da interação entre sujeitos e discursos, no momento da leitura, que os sentidos são produzidos. Isso acontece porque a linguagem é profundamente complexa e funciona de maneira ideológica e histórica, “uma história que é de conflito, luta, divergência e dominação, e tudo isso constroi a linguagem e as significações”. (BENETTI, 2016, p. 239).

Esse conceito será de fundamental importância para a nossa análise, pois constatamos que as linguagens teológicas e suas aplicações são objeto constante de disputa ideológica, às quais grupos divergentes são capazes de conferir sentidos e significações opostas. Esse aspecto da AD será aplicado neste trabalho para analisar textos de Magali Cunha.

O sentido das palavras, portanto, além de ser influenciado pelas posições daqueles que as empregam, tem influência nas formações ideológicas correspondentes a essas posições. Benetti retoma Pêcheux para exemplificar que essa formação de sentidos está relacionada à luta de classes, uma vez que está presente na formação das ideologias. Ela explica que “Independentemente disso, o que importa é compreender a articulação entre os sentidos construídos no texto e a exterioridade, seja privilegiando o viés ideológico, da cultura ou do imaginário.” (BENETTI, 2016, p. 241).

A autora retoma ainda as separações de Orlandi quando aos conceitos de paráfrase e polissemia. A paráfrase seria para o texto uma força de repetição do que já é dito anteriormente, uma reiteração. Para a AD, esse conceito permite identificar a criação de discursos hegemônicos. A polissemia, entretanto, estaria presente numa quebra de significação, uma mudança de sentido, que dá abertura a novas construções.

4.1 COLUNA DE MAGALI CUNHA NA OPOSIÇÃO A DISCURSOS FUNDAMENTALISTAS

Nesta seção, faremos uma interpretação e análise de uma coluna de Magali Cunha publicada em seu espaço semanal no jornal Carta Capital, chamado “Diálogos da Fé”. Aplicaremos a AC primeiramente para reconhecer quais são os discursos presentes e que permeiam este texto e, em seguida, identificaremos por meio da AD de que forma os discursos presentes no texto servem de oposição aos discursos fundamentalistas.

A publicação que analisaremos é intitulada: “Religião nas eleições 2022: o saldo final e o que esperar do futuro”. O texto foi publicado na Carta Capital em 3 de novembro de 2022, e propõe uma reflexão sobre qual teria sido o papel da religião no resultado das eleições presidenciais de 2022, a partir da qual foi eleito o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No artigo, Cunha descreve a história da direita cristã no Brasil, elenca os principais elementos presentes no ultraconservadorismo e questiona sobre o que aconteceria a partir daquele resultado das eleições. Esta coluna foi escolhida por exemplificar de maneira bastante detalhada o tipo de trabalho desenvolvido pela jornalista em seu espaço semanal na Carta Capital, em que sempre traz informações relacionadas ao contexto dos evangélicos e religiosos em geral e sua relação com a vida política e midiática, área em que é especializada.

Cunha inicia o texto introduzindo o desafio que logo após o resultado das eleições de 2022 se apresentava de entender o espaço ocupado pela religião nesse processo, tanto como possível fator influenciador na eleição de Lula quanto como quais seriam os rumos tomados pela política a partir de então, considerando-se as características do cenário religioso no Brasil.

O desafio é significativo, uma vez que, como já foi exemplificado neste trabalho, apesar de existir uma identificação de grande parte do segmento evangélico com a política da direita, essa relação é complexa, permeada por discursos de uma política ultraconservadora e entremeada pelos discursos do neoliberalismo que, em outros textos, Cunha define como neoconservadora (CUNHA, 2016).

No segundo parágrafo do texto, introduzido pelo subtítulo “A consolidação de uma direita cristã brasileira”, a jornalista faz referência a um movimento ideológico da direita evangélica norte-americana da década de 1970, denominado “Maioria moral” (*moral majority*), e estabelece uma relação entre o discurso deste movimento e os discursos defendidos atualmente pelos evangélicos de direita no Brasil. Nesse movimento norte-americano, de acordo com o portal da enciclopédia Britannica, o discurso do conservadorismo moral (a “moral cristã” da direita) foi a base divulgada pelo televangelista Jerry Falwell a partir de 1979 e serviu para inserir ainda mais a direita evangélica nos espaços políticos norte-americanos.

Segundo a enciclopédia, o movimento foi iniciado por cristãos fundamentalistas como forma de combate aos discursos e desenvolvimento sócio-cultural dos anos 1960, que eles viam como ameaça às suas tradições. Dentre os discursos contra os quais esse grupo se opunha estavam o movimento por direitos civis, que buscava direitos para a população negra norte-americana, os movimentos feministas e os movimentos por direitos da população LGBTQIA +, além de encorajarem o sentimento de anticomunismo no país e defenderem o sionismo. Não é coincidência que Cunha cita em seu artigo esse projeto norte-americano como um

dos pilares para a direita brasileira atual, uma vez que essas pautas continuam presentes no vocabulário da direita cristã no Brasil.

Retomando a noção de interdiscursividade explicada por Benetti, “todo discurso é atravessado, ele mesmo, por outros discursos e pelo já-dito em outros lugares.” (BENETTI, 2016, p. 240). A formação do discurso é caracterizada por Benetti como aquilo que dentro de um texto tem um mesmo núcleo de sentido:

Grosso modo, uma formação discursiva é uma região razoavelmente delimitada de sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (**formação ideológica**), e o sujeito se posiciona em um lugar para enunciar já inscrevendo os sentidos naquela formação discursiva. A delimitação de uma formação discursiva se dá *na relação com* outras formações discursivas, em um movimento de tensionamento, complementação ou distinção. (BENETTI, 2016, p. 240, grifos da autora)

A partir disso, é possível observar a participação desse movimento norte-americano na política da direita cristã brasileira atual, tornando a relação citada por Cunha em seu artigo fundamentada. No terceiro parágrafo da coluna, a relação entre política e religião é corroborada pela citação que a autora traz de um artigo do antropólogo Ronaldo de Almeida para a Folha de São Paulo de 26 de outubro de 2022, na qual ele caracteriza o “fazer religião” como sendo o “fazer político” dessa época. Almeida percebe uma interpenetração dos dois campos, e a inseparabilidade entre os dois, que se confundem no contexto dessa década como uma coisa só. Além da interdiscursividade, o autor observa entre os dois uma identificação indissociável no contexto da política brasileira.

Após citar o antropólogo, Cunha parte para o quarto parágrafo de seu artigo fazendo uma reconstrução do uso dessa interdiscursividade na campanha de tentativa de reeleição de Bolsonaro em 2022, na qual seus apoiadores utilizaram-se de todos os elementos possíveis para buscar consubstanciar a religiosidade cristã e seus valores na esfera da política ultraconservadora. Cunha elenca então nove elementos de que a direita lançou mão para esse fim, dentre os quais destacamos os seguintes números:

2. Inversão de valores do Evangelho como igualdade, solidariedade, misericórdia e despojamento, classificando-os como sinônimo de comunismo – para, desta forma, afinar a religião à cultura do individualismo e à lógica neoliberal da inovação e do empreendedorismo;

(...)

6. Guerra cultural contra o perigo comunista/socialista/marxista identificado em inimigos da pátria, da família, de Deus e das igrejas, interpretados como entrincheirados em partidos políticos de esquerda, em movimentos sociais e de direitos humanos, em sindicatos, entre professores e professoras em todos os níveis educacionais e na ciência em suas diferentes dimensões;

7. Intensa ocupação das mídias sociais com a produção ostensiva de conteúdo comprovadamente falso e enganoso com base em terrorismo verbal (imposição de medo) referentes às ameaças daqueles que são compreendidos como inimigos da pátria, da família, de Deus, com forte ênfase ao perigo do fechamento de igrejas e do silenciamento dos cristãos sob uma possível vitória das esquerdas nas urnas; (CUNHA, 2022).

No discurso elencado por Cunha como número 2 em seu texto, é possível inferir a presença do neoconservadorismo, fenômeno que mescla a lógica neoliberal ao imaginário evangélico conservador, o que denota uma oposição radical entre essa interpretação e o sentido atribuído ao Evangelho de Cristo pelos cristãos progressistas, que, como Cunha pontua, defende valores como os da igualdade, misericórdia e, marcadamente a “opção pelos pobres”, como a defendida pela Teologia da Libertação.

É, porém, parte da caracterização do texto, como explicado por Benetti, que o texto não encerra em si mesmo um sentido inerente e que pode ser aplicado sempre, mas sim que o sentido é construído junto ao leitor, no momento em que é estabelecida a relação de leitura. O “jogo” sobre o qual Benetti cita Orlandi (1993) para exemplificar a troca entre o leitor imaginado e o leitor real de um texto permite a construção de significados no momento da leitura, que são produzidos tanto pelo autor quanto pelo leitor.

A partir das características do texto explicadas pela AD, entretanto, percebemos que existe a possibilidade que interpretações tão diametralmente opostas possam ser tiradas a partir da mesma religião, o que pode ser explicado pela relação dos evangélicos conservadores com os outros dois pontos elencados por Cunha que destacamos aqui (6 e 7). A intensa ocupação das mídias evangélicas conservadoras com o que a direita denomina de “guerra cultural” dialoga com os mesmos medos construídos por movimentos anteriores, como o já citado “maioria moral”, e o apelo a uma mentalidade de vitimização dos setores conservadores na cultura moderna, como se sofressem alguma espécie de perseguição.

Podemos aplicar aqui a noção de paráfrase presente no método da Análise do Discurso, que, conforme Benetti, está relacionada à identificação de sentidos hegemônicos. Uma das tentativas da Bancada Evangélica do Congresso e demais grupos fundamentalistas é a de impor a ideia de que ser evangélico é necessariamente pensar como eles. A defesa de discursos hegemônicos e excludentes de qualquer pluralidade pode ser observada nas ações desses setores, por meio da criação da ideia de uma “guerra cultural”, na qual qualquer um que não se alinha inteiramente às pautas defendidas pelo conservadorismo é identificado como inimigo e perigoso. Esse discurso está muito presente nesses meios, e aqui frisamos o que Cunha descreve no item 7: o papel das mídias sociais nesse processo.

Como já mencionamos, Cunha coordena um coletivo engajado na checagem de fatos e denúncia de *fake news* propagadas em veículos de comunicação religiosos. De acordo com uma notícia publicada em 12 de janeiro de 2024 pelo portal e-commerce Brasil, o relatório *Data Reportal 2023* mostrou que 84,3% dos brasileiros em 2023 já estão usando a internet, sendo que 70,6% da população usa redes sociais. A mesma notícia cita um levantamento feito pelas empresas *We are social* e *Meltwater*, segundo as quais dentre as redes sociais, o Whatsapp lidera no ranking da conexão mensal de usuários entre 16 e 64 anos de idade, sendo que o uso da internet no Brasil a cada mês é 93,4% para o Whatsapp. Uma matéria publicada no Jornal Nexo em 9 de março de 2021, escrita pelo doutor em ciência política Victor Araújo, demonstra que o Whatsapp é o principal meio de propagação das *fake news* na internet.

A facilidade de encaminhar em massa publicações para diversos usuários, com mensagens sensacionalistas e sem checagem caracteriza a propagação das notícias falsas na rede social que, segundo Araújo, foi ferramenta amplamente utilizada pelo bolsonarismo e para disseminação de pânico moral e desinformação principalmente durante a pandemia de Covid-19.

No texto de Magali Cunha, é ressaltada também a atuação dos *influencers* digitais cristãos conservadores nas mídias sociais e seu papel na disseminação de notícias falsas, contribuindo para a formação desse discurso de medo de grupos ideias que são colocados como “inimigos” dos cristãos, corroborando a mensagem de um ideal de “nós versus eles” citado por Cunha no texto, que é encorajado no setor ultraconservador.

A jornalista destaca ainda o papel dos discursos anti-esquerda como mobilizadores das campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos de direita, em especial a defesa dos discursos anti direitos sexuais e reprodutivos e apologias ao armamentismo. Cunha pontua sobre como a radicalização nesses discursos nos meios evangélicos de direita pode ser perigosa ao criar uma mentalidade belicosa para além dos simples xingamentos em redes sociais, e cita casos de ataques promovidos contra grupos identificados com a esquerda e contra eventos de cristãos progressistas.

Mencionamos como exemplo desse fenômeno, apesar de isso ainda não ter acontecido à época do texto de Cunha, os ataques sofridos pelo padre Júlio Lancellotti, em especial a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) movida contra ele pelo vereador de São Paulo Rubinho Nunes (União Brasil) sob o pretexto de investigar as organizações que recebiam recursos para trabalhos sociais na cidade. O padre, que é conhecido por distribuir marmitas e acolher moradores de rua e dependentes químicos no bairro paulistano da Mooca, já sofreu ameaças de morte e agressão de aliados à extrema direita, por defender os direitos humanos, pauta que o ultraconservadorismo associa à esquerda.

Ao final do texto, Magali Cunha reflete sobre como seria o cenário político e social logo após as eleições de 2022. Ela identifica que os apoiadores da extrema direita, em especial do bolsonarismo, por não estarem satisfeitos com o resultado das eleições, continuariam se organizando e articulando politicamente suas pautas. À época da publicação do texto, os ataques de 8 de janeiro de 2023, às sedes dos Três Poderes, perpetrados por grupos de extrema direita que não aceitavam a eleição de Lula, ainda não tinham ocorrido, mas Cunha já antecipava que esse setor não ficaria calado.

Os discursos de disseminação de medo, intolerância e guerra ideológica seguiriam servindo de combustível para esse segmento, junto com os demais discursos exemplificados pela jornalista no texto. Para grupos que defendem até mesmo pautas antidemocráticas, passar da teoria à ação era algo previsível. Nesse cenário, Cunha faz um chamado ao diálogo, em especial aos evangélicos progressistas e movimentos ecumênicos, para que disputem espaço com essas narrativas, e desconstruam as barreiras comunicativas e políticas principalmente no meio dos segmentos religiosos. Cunha pede pelo resgate da memória dos movimentos ecumênicos, e nessa instância finaliza a coluna:

Ao novo governo emerge o desafio não apenas de conviver com esta nova realidade, mas aprender dela e considerar os múltiplos espaços de audição e de diálogo. Acima de tudo, considerar o lugar relevante que a religião tem na vida da população e reforçar quem já diz isto há muito tempo e tem buscado, nos espaços religiosos progressistas e ecumênicos, construir pontes com este vigor que vem das bases e pode ser acionado na defesa da democracia, dos direitos e do bem-viver. (CUNHA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste Trabalho de Conclusão de Curso foi analisar a atuação de evangélicos progressistas na política e na mídia brasileiras tendo como exemplo desta atuação o trabalho da jornalista Magali Cunha. Primeiramente, por meio dos instrumentos providos pelo método da Análise de Conteúdo, coletamos informações que nos permitiram fazer uma reconstrução do contexto histórico que permeia a presença do segmento religioso protestante no Brasil, suas relações com a vida política e a midiática, bem como a identificação das principais maneiras como esse segmento aparece nos veículos de comunicação. Identificamos também como se articularam no século XX movimentos cristãos vinculados à esquerda e onde estão os evangélicos progressistas atuais.

A partir da base proporcionada pelas referências que coletamos, selecionamos um exemplo da produção de Magali Cunha em que encontramos amostras de diversos discursos que percorrem as relações entre evangélicos, mídia e política. E então, por meio de elementos oportunizados pelo método da Análise do Discurso, identificamos e analisamos esses discursos que estavam presentes no texto, buscando relacioná-los dentro do contexto geral da história dos evangélicos no país, da atuação de seus setores mais conservadores e estabelecendo a oposição que os evangélicos progressistas representam a esses grupos.

A expressão “evangélicos progressistas” é uma forma mais abrangente de designar grupos que incluem desde evangélicos que se identificam com princípios mais vinculados à esquerda, como a ênfase na ação social, as igrejas inclusivas, que apoiam a população LGBTQIA +, e até representantes do segmento religioso vinculados à política partidária. Os grupos atuais receberam influência histórica de movimentos cristãos do século XX que defendiam uma teologia focada na luta contra as injustiças sociais, como é o legado dos movimentos ecumênicos e da Teologia da Libertação, que tiveram grande atuação nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina.

Esses movimentos foram criados a partir das necessidades exponencializadas por um contexto de regimes autoritários em diversos países da América Latina na segunda metade do século XX, por exemplo a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil. A época foi marcada pelas consequências de uma rápida industrialização rural e urbana, bem como um êxodo rural e aumento da concentração

populacional nas grandes cidades brasileiras. A ditadura, nesse contexto, contribuiu para um acirramento das injustiças sofridas tanto pelos trabalhadores do campo quanto os da cidade.

Foi em defesa dos camponeses, esmagados por latifundiários que viam seu poder aumentar auxiliados pela ditadura, e dos trabalhadores urbanos, introduzidos na lógica de trabalho inclemente da industrialização ferrenha da época, que evangélicos e católicos, por meio do movimento ecumênico e a Teologia da Libertação, se articularam.

A transformação trazida por teologias revolucionárias, aliadas à criação de organizações em defesa dos direitos dos trabalhadores, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais Operária e da Terra, foram algumas das formas encontradas pelos movimentos para combater as injustiças específicas daquele tempo.

Essa herança é encontrada hoje na trajetória de cristãos progressistas como alguns dos mencionados nesta pesquisa, como o pastor e coordenador da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito Ariovaldo Ramos, o pastor e deputado federal Henrique Vieira e a jornalista e doutora em Ciências da Comunicação Magali Cunha, de cujo trabalho nos valem para fazer a análise de alguns dos discursos vinculados a evangélicos presentes na mídia e na política.

Os evangélicos crescem no Brasil, em número e em influência política, e acreditamos que a consciência de sua pluralidade pode fazer a diferença tanto para membros do segmento quanto para quem não é. Esperamos que a presença de evangélicos progressistas nas mídias e na vida política possa apresentar, talvez até para muitos evangélicos, a possibilidade de ser cristão e, ao mesmo tempo, não se limitar ao conservadorismo.

Um setor cuja influência aumenta e que mais e mais se faz presente em diversas esferas da cidadania não pode ser deixado entregue inteiramente ao fundamentalismo, ao absolutismo dogmático e à tirania opressora de uma interpretação única, rígida e excludente dos ensinamentos cristãos. Há nesse país evangélicos machucados, restritos, abusados por uma ideologia reacionária, que a eles mesmos e ao próprio cristianismo limita, cerca e insulta.

A presença em grandes veículos de comunicação de figuras como Magali Cunha e de tantos outros evangélicos que lutam para a criação de uma sociedade mais justa, pelo combate ao fundamentalismo e pela pluralidade de como ser

evangélico é, portanto, uma necessidade crescente, que esperamos que resulte em transformações na forma como esse segmento religioso influencia a vida política e ideológica dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Saulo Marcos de. O pensamento teológico de Rubem Alves. Contribuições Isalinas. **Unitas Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, v. 9, n. 1, p. (71-83), 2021.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Transição Religiosa – Católicos abaixo de 50% até 2022 e abaixo do percentual de evangélicos até 2032, artigo de José Eustáquio Diniz Alves. **EcoDebate**, ISSN 2446-9394, 05 de dez. de 2018. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/12/05/transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 01 set. 2021.
- ALVES, Rubem. A Teologia e a libertação do homem. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 22, n2, p. 137-150, jul./dez. 2019.
- ALVES, Rubem. **Creio na Ressurreição do Corpo**. 5. ed. Paulus, 1984.
- ALVES, Rubem. Función ideológica y posibilidades utópicas del protestantismo latinoamericano. *In: De la Iglesia y la Sociedad*. Montevideú: Tierra Nueva, 1971.
- ARAÚJO, Victor. Era das fake news: o Brasil real e o Brasil do Whatsapp. **Nexo Jornal**. 09 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/era-das-fake-news-o-brasil-real-e-o-brasil-do-whatsapp>>. Acesso em: 02 de mai. de 2024.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra. **Folha de S. Paulo**, Belém, 13 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 01 set. 2021.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Liderados por Malafaia, pastores convocam evangélicos para apoiar Bolsonaro no 7 de setembro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/liderados-por-malafaia-pastores-convocam-evangelicos-para-apoiar-bolsonaro-no-7-de-setembro.shtml>>. Acesso em: 01 de set. de 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA JR., Zé. Conhecendo os evangélicos progressistas: Magali Cunha - por pastor Zé Barbosa Jr. **Revista Fórum**, 05 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/opiniao/2021/11/5/conhecendo-os-evangelicos-progressistas-magali-cunha-por-pastor-ze-barbosa-jr-105738.html>>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.
- BARRETO JR., Raimundo César. O Movimento Ecumênico e o Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro protestantismo Brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora v. 13 n. 1 e 2 jan.-jun./jul.-dez. 2010. Traduzido por Flávio Conrado. Disponível em: <ISSN 1516-1021 revista de estudos

e pesquisa da religião v ...<https://periodicos.ufjf.br › numen › article › view>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MOURA, Cláudia Peixoto de (org.) **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BOFF, Leonardo. **A força da ternura - pensamentos para um mundo igualitário**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **SciELO Brasil**, 10 de out. de 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/n4WbzcvpzQYfwgd643NMQdq/?lang=pt#>>. Acesso em: 01 set. 2021.

BONINO, José Míguez. **Faces of latin american protestantism**. Grand Rapids, Michigan/Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 1997.

BRAMATTI, Daniel e SARTORI, Caio. Lula lidera intenção de voto entre eleitores evangélicos, diz pesquisa Ipec. **O Estado de S. Paulo**, 25 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-lidera-intencao-de-voto-entre-eleitores-evangelicos-diz-pesquisa-ipecc,70003758468>>. Acesso em: 01 set. 2021.

CAMPOS, Breno Martins; BAPTISTA MARIANI, Ceci Maria Costa. Religião e linguagem: entre a carnalidade da palavra e a essencialidade do sentido. **Reflexão**, [S. l.], v. 44, p. 1–6, 2019. DOI: 10.24220/2447-6803v44e2019a4662. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/4662>. Acesso em: 01 mai. de 2024.

COLETIVO BEREIA. Sobre nós: proposta Bereia, c2019. Página inicial. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/proposta-bereia/#>>. Acesso em: 02 de mai. de 2024.

COSTA, Fernando Coêlho. Evangélicos progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil. **Revista interdisciplinar em cultura e sociedade**, v. 4, n. especial, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10549>>. Acesso em: 17 set. 2021.

CROQUER, Gabriel; PINHONI, Marina. Brasil tem mais templos religiosos do que hospitais e escolas juntos; Região Norte lidera com 459 para cada 100 mil habitantes. **G1**, 02 de fev. de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/02/02/brasil-tem-mais-templos-religiosos-do-que-hospitais-e-escolas-juntos-regiao-norte-lidera-com-459-para-cada-100-mil-habitantes.ghtm>>. Acesso em: 02 de mai. de 2024.

CUNHA, Cristina Vital da; MOURA, João Luiz. Evangélicos à esquerda no Brasil: entrevistas com lideranças e coletivos nas eleições de 2020. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, n. 73, dez. de 2021. Disponível em:

<https://br.boell.org/sites/default/files/2023-04/comunicacoesiser_73_2021-1.pdf>.

Acesso em: 10 de abr. de 2024.

CUNHA, Magali. A fé e a ventania que derruba estátuas e estruturas. **Carta Capital**, 26 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-fe-e-a-ventania-que-derruba-estatuas-e-estruturas/>>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

CUNHA, Magali. Religião e política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu: História, memória e política**, São Paulo, nº 11, 2016, p. (147-166), 2016. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T06Perseu11.CUNHA-Magali.pdf>>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

CUNHA, Magali. Religião nas eleições 2022: o saldo final e o que esperar do futuro. **Carta Capital**, 03 de nov. de 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/religiao-nas-eleicoes-2022-o-saldo-final-e-o-que-esperar-do-futuro>>. Acesso em: 02 de mai. de 2024.

CUNHA, Magali. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. **C&S – Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 217-244, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/8461/6109>. Acesso em: 10 set. 2021.

DIAS, Z. M. O Movimento Ecumênico: História e Significado. **Numen**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21763>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

DORNELLAS, João Wesley. **Pequena História do povo chamado Metodista**. Rio de Janeiro: Igreja Metodista, 2007. Disponível em: <<https://metodistamaranga.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Pequena-Historia-do-Povo-Chamado-Methodista.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. de 2024.

FONSECA, Alexandre. **Evangélicos e Mídia no Brasil**, PPGS/IFCS/UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, 235p.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. In DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRAZÃO, Dilva. Rubem Alves escritor e teólogo brasileiro. **Ebiografia**, 31 de jan. de 2024. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/rubem_alves/>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. 1993. 307f. Tese (doutorado). **Universidade Estadual de Campinas**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>>. Acesso em: 10 set. 2021.

GILL, Theodore. CMI relembra a contribuição de Rubem Alves ao movimento ecumênico. **World Council of Churches**, 24 de jul. de 2014. Disponível em: <<https://www.oikoumene.org/pt-pt/news/the-ecumenical-movement-remembers-rubem-alves-1933-2014#:~:text=%22Rubem%20Alves%20fez%20parte%20de,se%20denominou%20Igreja%20Presbiteriana%20Unida.>>>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso**. Estoril: Principia Editora, 2006.

HUFF JR., Arnaldo Érico. Teologia e revolução: a radicalização teológico-política de Richard Shaull. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 26, n. 43, p. 56-76, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235951012_Teologia_e_revolucao_a_radicalizacao_teologico-politica_de_Richard_Shaull_Theology_and_revolution_the_political-theological_radicalization_of_Richard_Shaull>. Acesso em: 20 de abr. de 2024.

Krippendorff, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, [1980] 2004.

LIMA, Éber Ferreira Silveira. **Apóstolo “Pé Vermelho” – Jonas Dias Martins e a evangelização do norte do Paraná**. São Paulo: Editora Pendão Real, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MACIEL, Camila. Pastor Henrique: Teologia Negra é devolver a Bíblia à origem social, os oprimidos. **Brasil de Fato**, 30 de mai. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/30/pastor-henrique-teologia-negra-e-devolver-biblia-a-origem-social-os-oprimidos>>. Acesso em: 26 de out. 2021.

MATOS, Madalena. Sobre Isabel Carvalho Guerra, Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso. **Comunidades e Territórios**, n. 12/13, 2006, p. 203 – 210.

MENDONÇA, Antônio G. A History of Christianity in Brazil: An Interpretative Essay. **International Review of Mission**, v. 85, n. 338, p. 366-386, 1996.

MORAL Majority: American organization. **Britannica**, 29 de abr. de 2024. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Moral-Majority>>. Acesso em: 02 de mai. de 2024.

MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MOURA, Sebastião. Grupos evangélicos progressistas questionam legitimidade de lideranças conservadoras. **Jornal da USP**, 09 de set. 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/grupos-evangelicos-progressistas-questionam-legitimidade-de-liderancas-conservadoras/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

PACHECO, Ronilso. Por que o veto do STF a missões evangélicas em aldeias revolta conservadores. **UOL**, 05 de out. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2021/10/05/decisao-barroso-missoes-evangelicas-pandemia.htm>>. Acesso em: 26 de out. 2021.

POMPEU, Lauriberto. Por que os evangélicos querem um ministro no Supremo? Entenda. **O Estado de S. Paulo**, Brasília, 30 de set. de 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/por-que-os-evangelicos-querem-um-ministro-no-supremo-entenda/>>. Acesso em: 26 de out. de 2021.

REBLIN, Iuri Andréas. **Outros cheiros, outros sabores...: o pensamento teológico de Rubem Alves**. 2. ed. rev. atual. São Leopoldo: Oikos, 2014.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Pensamento teológico crítico latino-americano: o legado de Rubem Alves e Marcella Althaus-Reid. **Religare**, João Pessoa, ISSN: 19826605, v.17, n.1, p. (178-204), ago. de 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/Debora/Downloads/religare-2020.1-06.-livre-claudio-de-oliveira-ribeiro.docx.pdf>>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

THUSWOHL, Maurício. Evangélicos progressistas pregam contra o negacionismo e a desigualdade social. **Sul21**, 25 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/geral-1/2021/03/evangelicos-progressistas-pregam-contra-o-negacionismo-e-a-desigualdade-social/>>. Acesso em: 01 set. 2021.

VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de set. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damare-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>>. Acesso em: 26 de out. 2021.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. Disponível em: <[http://www.idaceliaoliveira.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/184/arquivos/File/materiais/2014/sociologia/A Etica Protestante e o Espírito do Capitalismo Max Weber - Flavio Pierucci.pdf](http://www.idaceliaoliveira.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/184/arquivos/File/materiais/2014/sociologia/A%20Etica%20Protestante%20e%20o%20Espirito%20do%20Capitalismo%20Max%20Weber%20-%20Flavio%20Pierucci.pdf)>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.